

Maj Inf ANDRÉ RICARDO **LESSA** PEREIRA

**A PRETENSÃO BRASILEIRA A UM ASSENTO NO CONSELHO DE  
SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Geopolítica e Estratégia.

Orientador: Tenente Coronel Cav RODRIGO KLUGE **VILLANI**

Rio de Janeiro  
2018

Maj Inf ANDRÉ RICARDO LESSA PEREIRA

**A PRETENSÃO BRASILEIRA A UM ASSENTO NO CONSELHO DE  
SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Geopolítica e Estratégia.

Aprovado em 21 de novembro de 2018.

**COMISSÃO AVALIADORA**

**RODRIGO KLUGE VILLANI Ten Cel Cav – Presidente**  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

**LUIZ CLAUDIO FERREIRA DE ARAÚJO – Ten Cel Cav – Membro**  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

**LUIZ EDUARDO SANTOS CERÁVOLO – Maj Inf – Membro**  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa e minha filha, fontes de alegria e inspiração para prosseguir no trabalho. Uma singela homenagem pelo carinho e compreensão nos momentos de minha ausência.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, pelo dom da vida, felicidade, tranquilidade, paz e saúde.

À minha família pelo apoio, incentivo, carinho e compreensão em todos os momentos, sendo fundamentais no sucesso da conclusão deste trabalho.

Ao meu pai (in memoriam) e minha mãe, pela educação e formação, me mostrando a importância da dedicação, da persistência, do trabalho árduo e disciplina, como fontes primárias do sucesso pessoal.

Ao Exército Brasileiro, pela oportunidade em realizar um trabalho monográfico, de modo a ampliar o conhecimento profissional.

Ao meu orientador, não apenas pela orientação, como também pelo incentivo e confiança demonstrados em várias oportunidades.

## RESUMO

A Organização das Nações Unidas surgiu após a 2ª Guerra Mundial como organismo dedicado a evitar futuros conflitos bélicos que por suas peculiaridades flagelam a humanidade. Essa organização possui a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança como seus órgãos principais. No que concerne ao Conselho de Segurança os questionamentos estão direcionados à sua representatividade, pois há entendimento que a estrutura de 1945 não reflete o equilíbrio de poder dos dias atuais. Hoje há novos atores estatais e não governamentais que procuram maior participação nas grandes decisões mundiais que ocorrem primordialmente na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança da ONU. Entretanto, historicamente as mudanças na composição do poder mundial ocorreram mediante grandes rupturas como guerras ou revoluções. A evolução da humanidade pode permitir que essas mudanças ocorram de forma pacífica, mas os países que pleiteiam essas alterações precisam ter condições de assumir maiores responsabilidades perante os concertos das nações e isso significa não só poder econômico, mas também poder no campo militar. A nação brasileira está disposta a agregar capacidades necessárias para assumir essas responsabilidades?

Palavras-chave: Conselho de Segurança. Reforma da ONU. Gastos Militares

## **ABSTRACT**

The United Nations came into existence after World War II as a body dedicated to preventing future warlike conflicts that plague humanity. This organization has the General Assembly and the Security Council as its principal organs. As far as the Security Council is concerned, the questions are directed at its representativeness, since it is understood that the structure of 1945 does not reflect the balance of power of the present day. Today there are new state and non-governmental actors seeking greater participation in major world decisions that occur primarily in the UN General Assembly and Security Council. Historically, however, changes in the composition of world power have occurred through major ruptures such as wars or revolutions. The evolution of mankind may allow these changes to take place in a peaceful manner, but the countries that demand such changes need to be able to take on greater responsibility in the face of the nations' covenant and this means not only economic power but also power in the military field. Is the Brazilian nation willing to add the necessary capacities to assume these responsibilities?

Keywords: Security Council. UN Reform. Military Expenditures

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 Os quinze maiores orçamentos de Defesa.....	51
Figura 02 Orçamento de Defesa do Brasil.....	55
Figura 03 Panorama atualizado dos recursos, despesas e investimentos.....	55

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gastos Militares no ano de 2016.....	54
---	----



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSNU	Conselho de Segurança Permanente da ONU
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
G-4	Grupo Brasil, Alemanha, Japão e Índia
ITU	União Internacional de Telecomunicações
L-69	Grupo dos Países em Desenvolvimento, da Assembleia Geral
MD	Ministério da Defesa
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
P-5	Países que possuem assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU
RPC	República Popular da China
SIPRI	Stockholme Internancional Peace Researche Institute
SMALL 5	Grupo de cinco pequenos países que defendem a reforma dos métodos de trabalhos da ONU
UA	União Africana
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UPU	União Postal Universal
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	12
1.1 PROBLEMA .....	15
1.2 OBJETIVOS .....	15
1.2.1 Objetivo Geral .....	15
1.2.2 Objetivos Específicos .....	15
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA .....	15
2. METODOLOGIA .....	17
2.1 TIPO DE PESQUISA .....	17
2.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	17
2.3 COLETA DE DADOS .....	17
2.4 TRATAMENTO DOS DADOS .....	17
2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO .....	18
3. REFERÊNCIAL TEÓRICO .....	19
3.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	19
3.2 PARADIGMAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....	20
3.3 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL .....	22
3.4 LIGA DAS NAÇÕES .....	25
3.5 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939 – 1945) .....	29
4. AS NAÇÕES UNIDAS.....	38
4.1 Preâmbulo .....	38
4.2 Breve Histórico .....	39
4.3 Proposta do Grupo dos 4 – G4 (Alemanha, Brasil, China e Índia) .....	40
4.4 Proposta do Grupo União Africana (Consenso de Ezulwini) (A/59/L.67) .....	41
4.5 Proposta do Grupo Unidos pelo Consenso (Argentina, Canadá, Itália, México e Paquistão) (A/59/L.68).....	41
4.6 Grupo L.69 (Países em Desenvolvimento) .....	42
4.7 Grupo Small Five (Costa Rica, Cingapura, Lichtenstein, Jordânia e Suíça) e Grupo Act. ....	42
5. AS POSIÇÕES REALISTAS NA APLICAÇÃO DOS PARADIGMAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS PELOS PAÍSES DO CONSELHO DE SEGURANÇA .....	44
5.1 Estados Unidos da América .....	44
5.2 Rússia e China.....	46
5.3 Reino Unido.....	48

5.4 França.....	49
6. GASTOS MILITARES DOS OCUPANTES DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (P-5) E DO BRASIL .....	51
<b>7. CONCLUSÃO .....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Os confrontos e conflitos armados dominam a história da humanidade. Ao longo de séculos a busca pela integração dos povos e posteriormente das Nações resultou em aproximação e por vezes em violência armada. O último século iniciou com uma corrida armamentista que resultou na 1ª Guerra Mundial. Esse primeiro conflito planetário estabeleceu as condições para a eclosão da 2ª Guerra Mundial, mais ampla em número de países e mais custosa em vidas humanas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) surge após este contexto como um organismo internacional de caráter global que procura articular todos os países do mundo. A ideia de um organismo internacional, a Liga das Nações, que gerenciasse as relações entre os países surgiu, originariamente, no final da década de 1910 com o fim da 1ª Guerra Mundial. O intento da Liga das Nações era impedir que a humanidade se envolvesse novamente guerras, fossem elas locais, regionais ou mundiais.

Segundo ONUBR (2017), a ONU possui nos dias atuais 193 países membros, que se reuniram voluntariamente para buscar a paz e o desenvolvimento mundial. Todos os países membros da ONU devem aceitar os compromissos da Carta das Nações Unidas, que é o tratado de sua fundação.

Segundo Amorim, o Conselho de Segurança é um dos seis órgãos principais estabelecidos pela Carta das Nações Unidas. Esse conselho é formado por 5 membros com assentos permanentes, os chamados P-5 e mais 10 membros rotativos. Os Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido, França, China e Rússia são os países com cadeiras permanentes nesse conselho. Já os países que ocupam assentos rotativos são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de 2 anos. Atualmente, Bolívia, Côte d'Ivoire, Guine Equatorial, Etiópia, Cazaquistão, Kuwait, Países Baixos, Peru, Polônia e Suécia compõem os membros não permanentes.

O Sistema das Nações Unidas, Organização das Nações Unidas (2017), prevê órgãos subsidiários, comissões, departamentos e gabinetes vinculados aos órgãos principais. Para o Conselho de Segurança há os seguintes subsidiários: Comissão de Combate ao Terrorismo, Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia (ICTY), Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Penais, Comissão de Estado-Maior, Operações de Manutenção da Paz e Missões Políticas, Comissões de Sanções (Ad Hoc) e Comissões Permanentes e Órgãos Ad Hoc. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES

UNIDAS, 2017).

A Assembleia Geral é o principal órgão deliberativo da ONU (ONUBR, 2017), sendo composta por 193 países que são os Estados-Membros da organização. Nessa assembleia todos os países têm direito a voto, com o mesmo peso. Suas deliberações afetam a vida de todos habitantes do planeta. Dentre os assuntos pautados pode-se citar: direitos humanos, desarmamento e cooperação internacional. Suas decisões não assumem caráter de obrigatoriedade, diferentemente das tomadas pelo Conselho de Segurança.

A primeira sinalização da participação brasileira no Conselho de Segurança aconteceu por ocasião de sua criação, quando Roosevelt propôs que o Brasil fosse incluído entre os membros permanentes. Contudo, apesar de sua participação decisiva na 2ª Guerra Mundial e da instalação de bases militares no Norte e Nordeste brasileiro, essa alternativa foi rechaçada pela Inglaterra e pela antiga União Soviética.

Segundo Azevedo (2017):

Hoje a rede geopolítica mundial mudou, e novos atores estatais e não estatais emergem, crescendo de importância, no intrincado jogo político. Ademais, novas ameaças e novas formas de conflitos desafiam as nações. Além de uma postura mais democrática dos Estados, que buscam maior representatividade, nos diversos fóruns. Todos estes fatores levam a consideração da possível necessidade de reforma do Conselho de Segurança, frente às demandas mundiais atuais.

A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas é uma pretensão brasileira desde o início da década de 1990. Foi nessa época, com o fim da Guerra Fria que o Brasil adensou o debate sobre o tema e foi acompanhado de Japão, Alemanha e Índia, formando o chamado Grupo dos 4, ou G-4. Cabe ressaltar que a última e única reforma executada no Conselho de Segurança ocorreu no período de 1963-1965. Mas por que propor essa reforma? Quando da criação da ONU, em 1945, haviam 51 países participantes. Nos dias atuais são 193 Estados Nacionais que integram a ONU o que sugere a diminuição de representatividade do organismo mais importante das Nações Unidas.

De acordo com Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), (BRASIL, 2008, p. 17).

Apesar das amplas prerrogativas de que dispõe, e da inegável relevância de seus trabalhos para a Organização e para o conjunto de seus membros, o Conselho de Segurança é um órgão de composição consideravelmente restrita. Após a reforma de 1963, que expandiu o número de integrantes de 11 para 15, o Conselho passou a ser composto por cinco membros permanentes (China, EUA, França, Reino Unido e Rússia) e dez membros não-permanentes eleitos para mandatos não consecutivos de dois anos.

A necessidade de um organismo de debates e busca pela paz que evitasse confrontos e conflitos fez surgir o Conselho de Segurança da ONU. A Carta das Nações Unidas, de 26 de junho de 1945, em seu artigo 23, Capítulo V estabelece “a responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacionais e concordam que, no cumprimento das suas funções sob essa responsabilidade, o Conselho de Segurança atua em seu nome” (ONUBR, 2017). O Artigo 23, no seu *caput*, estabelece quais são os países com assento permanente no Conselho de Segurança citando República da China, a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América. Os critérios para a escolha dos membros rotativos também são normatizados nesse artigo.

Dessa forma, esse modelo de Conselho de Segurança é considerado pouco representativo até mesmo antidemocrático. Os países com assento permanente no conselho são possuidores de arsenais nucleares e considera-se que não representam os interesses de todo o globo. Além disso, o surgimento de novos atores em âmbito mundial expõe ainda a diminuição da representatividade dessas potências em tão importante órgão do principal organismo internacional, as Nações Unidas.

A concentração de poder em apenas 5 países parece prejudicar a credibilidade da ONU, em tempos de agendas multilaterais. Entretanto, um número maior de países com assentos permanentes no Conselho de Segurança poderia paralisar esse órgão por motivos políticos, ideológicos ou ambos, comprometendo os objetivos finais do Conselho, ou seja, a busca da paz e o desenvolvimento mundial.

Sinteticamente, a reforma do Conselho de Segurança da ONU é um objetivo do Brasil e dos demais países que compõem o G-4 (Japão, Alemanha e Índia). A ampliação desse órgão das Nações Unidas é necessária para torná-lo mais eficaz em suas atribuições originais. A diminuição de representatividade dos membros permanentes do Conselho induz a uma reforma que teoricamente incrementará a participação de mais países nas tomadas de decisões que afetam a todos os demais. Contudo, mais participantes permanentes no CSNU pode imobilizá-lo e tornar suas atribuições inviáveis, contribuindo para um concerto das nações mais incerto e inseguro, tornando a reforma utópica.

## 1.1 PROBLEMA

Com o propósito de verificar a viabilidade do Brasil conquistar seu pleito de um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas foi elaborada a seguinte situação problema:

A pretensão brasileira a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas é viável?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 **Objetivo Geral**

Verificar se as posições assumidas pela política externa brasileira nas Nações Unidas podem impactar suas pretensões do país na reforma do CSNU de forma positiva.

### 1.2.2 **Objetivos Específicos**

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral deste trabalho foram formulados alguns objetivos específicos a serem atingidos, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo, os quais são elencados a seguir:

- Conhecer a história da Organização das Nações Unidas;
- Identificar as posições geopolíticas dos ocupantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (P-5), com destaque para a China; e
- Identificar os gastos militares dos ocupantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (P-5) e do Brasil.
- Apresentar as possibilidades e óbices do pleito.

## 1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Esta seção busca elencar os principais tópicos que justificam a presente pesquisa e sua importância. A seguir discorreremos sobre os aspectos que embasam a pesquisa:

Segundo ONUBR (2017), no que concerne ao aspecto histórico se registra o seguinte:

Depois da II Guerra Mundial, que devastou dezenas de países e tomou a vida de milhões de seres humanos, existia na comunidade internacional um sentimento generalizado de que era necessário encontrar uma forma de manter a paz entre os países. Porém, a ideia de criar a ONU não surgiu de

uma hora para outra. Foram necessários anos de planejamento e dezenas de horas de discussões antes do surgimento da Organização.

Quanto aos posicionamentos políticos dos Estados com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, a dicotomia das posições brasileiras será destacada. Os atuais Estados ocupantes de assentos permanentes no Conselho têm posicionamentos considerados realistas enquanto o Brasil opta, na maioria dos casos, por posições idealistas.

Os gastos militares dos Estados com cadeira permanente no Conselho de Segurança são expressivos e estão entre os maiores do mundo (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2017). Os Estados Unidos da América, China e Rússia são, respectivamente, os 1º, 2º e 3º colocados, sendo a Inglaterra o menor gasto do grupo, mesmo assim ocupando a 7ª colocação. Já o Brasil, na 13ª posição, está entre os 20 maiores orçamentos de defesa mundiais, mas com decréscimo nos últimos anos. No ano de 2016 o Brasil perdeu uma posição, caindo de 12º para 13º maior orçamento de defesa.



## 2. METODOLOGIA

### 2.1 TIPO DE PESQUISA

O presente capítulo teve por finalidade apresentar o caminho que se percorreu para solucionar o problema de pesquisa, especificando os procedimentos necessários para que fossem alcançados os objetivos gerais e específicos. Assim, seguindo uma sequência lógica, o mesmo foi estruturado em Delimitação da Pesquisa, Concepção Metodológica e Limitações do Método.

Foi realizado um estudo bibliográfico baseado em leis, artigos científicos, revistas e textos na internet de modo a que fosse agregado maior conteúdo à pesquisa a fim de entender os fatos acerca da pretensão brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

### 2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo pesquisado foi o dos países que tem assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e seus posicionamentos acerca da divisão do poder que essas cinco nações dispõem em âmbito mundial.

A amostra que se utilizou seguiu a linha não-probabilística e por acessibilidade, haja visto a relativa facilidade de acesso aos temas a ser pesquisados.

### 2.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados aconteceu por meio de pesquisas em artigos acadêmicos, revistas, livros especializados, bem como a coleta e interpretação de documentos disponíveis na internet e pertinentes ao assunto.

### 2.4 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento de dados foi realizado por meio da análise qualitativa de conteúdo. Se tratou de estudo judicioso de textos e documentos, sendo uma técnica de análise de informações, associada tanto aos significados quanto aos significantes da mensagem.

Esta ferramenta é uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema Vergara (2008). Dessa forma, foram identificados os fundamentos e o estágio atual do desenvolvimento do SIGA, bem como de sua proposta atual de atualização.

Foi utilizada, ainda, a grade aberta de análise, na qual foram identificadas as categorias para análise na medida em que foram surgindo, sendo elas reajustadas durante o desenvolvimento da pesquisa, para, enfim, serem estabelecidas as categorias finais. A unidade de análise foi o parágrafo e a análise foi apoiada em procedimentos interpretativos.

## 2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Todo o método apresenta possibilidades e limitações. A pesquisa e estudo sobre um sistema já existente denota aspectos positivos, pois analisamos os óbices do mesmo e seu processo de atualização.

Diante dos fatos, esta foi a forma mais adequada de explorar o tema do referido trabalho.

### 3. REFERÊNCIAL TEÓRICO

Para que a pesquisa tenha suporte apropriado, adotaremos como referencial teórico os diversos conceitos e dados acerca das relações internacionais, da Organização das Nações Unidas, dos países que compõem o Conselho de Segurança da ONU, bem como informações sobre as despesas militares dos P-5 e do Brasil.

#### 3.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais é uma ciência recente que se originou atrelada à Ciência Política. As Relações Internacionais têm crescido de importância nos últimos tempos e atraído a atenção de pesquisadores acadêmicos e estudiosos sobre o tema.

Essa ciência originária das Ciências Sociais estuda as relações humanas no campo internacional envolvendo seus fenômenos, acontecimentos e agentes particulares. Segundo Pecequillo (2004), as Ciências Sociais analisam as sociedades e dentro delas as Relações Internacionais investigam a dimensão do internacional.

Segundo Wight (2002), as Relações Internacionais surgiram após a Primeira Guerra Mundial e desde então evoluíram e se tornaram indispensáveis para entender o cenário atual. Esse campo de estudo tornou-se área essencial do conhecimento, sendo ao mesmo tempo, antiga, moderna e contemporânea.

Segundo Pecequillo (2004), as Relações Internacionais nascem de uma necessidade específica das sociedades em pensar as necessidades externas que as afetam passando a interferir no encaminhamento desses processos. Ainda segundo Pecequillo (2004), o objeto de estudo das Relações Internacionais são os atores, acontecimento e fenômenos que existem e interagem no sistema internacional, ou seja, além das fronteiras domésticas da sociedade.

Os atores atuais na esfera internacional são os Estados Nacionais, as organizações internacionais, as organizações não governamentais, as empresas transnacionais os grupos terroristas e as organizações criminosas. Os Estados Nacionais ainda são os principais componentes nesse sistema internacional, mas sua importância decaiu ao longo das últimas décadas, fruto do processo de globalização que encurtou distâncias, facilitou as comunicações e aproximou culturas e relações políticas internacionais.

### 3.2 PARADIGMAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Segundo Dias (2010), a dinâmica das relações internacionais se articula por meio de três grandes correntes de pensamento, três grandes campos de análise da realidade. As diferentes interpretações que se originaram da análise dos fenômenos internacionais deram origem a três grandes tradições de pensamento: hobbesiana, kantiana e grociana.

Essas três tradições das Relações Internacionais se relacionam com paradigmas que permitem explicar as posições adotadas pelos atores internacionais, principalmente os Estados Nacionais. Interessam ao nosso estudo as duas principais que são as concepções realista e idealista.

Segundo Dias (2010):

As duas apresentam diferenças bastante claras, a partir de pressupostos distintos em torno das ações prioritárias a serem empreendidas no campo internacional. A concepção idealista busca transformar a realidade internacional através de propostas que visam a estruturação do mundo, apresentando, portanto, um caráter normativo; a concepção realista, por sua vez, procura limitar-se a identificar a situação real, concreta, tal como se apresenta, e não como deveria ser, sem a preocupação com reformas idealizadas que acredita que acredita não serem possíveis. A concepção idealista tem como princípio organizador a busca pela paz; a concepção idealista, o poder.

O objetivo central do idealismo é estabelecer as condições para uma paz permanente no sistema internacional. Esse objetivo foi colocado por Immanuel Kant em a Paz Perpétua. Para esse teórico a principal ameaça à sociedade internacional é a instabilidade gerada pelas guerras. Segundo Dias (2010), seu principal objetivo é elimina-las da agenda internacional.

A concepção idealista surgiu após a Primeira Guerra Mundial e buscava o conhecimento para influenciar a preservação da paz dentro de uma ordem internacional mais justa e racional. Seus pressupostos foram: democracia e justiça no âmbito internacional como fundamento da ordem; organizações internacionais como protagonistas importantes no sistema internacional; a disciplina Relações Internacionais deveria ter como princípio e fim a pesquisa e reflexão de busca pela paz.

A expectativa dessa concepção era estabelecer a paz por ação das organizações internacionais que normatizariam as relações entre os Estado. A Liga das Nações seria o fruto mais destacado dessa idealização. Segundo Dias (2010), dessa forma, essa teoria ficou conhecida como normativista, pois valorizava as

normas internacionais como forma de contenção, ou pelo menos sua diminuição, da guerra.

Essa linha de pensamento teve destaque com as propostas do então Presidente Woodrow Wilson, que seguiu uma política de relações internacionais baseada no pacifismo. Entre suas propostas estão 14 pontos essenciais que conduziram a criação da Liga das Nações.

A outra concepção originária dos paradigmas das relações internacionais foi o realismo, que tem seu pensador em Hans Morgenthau. Nessa concepção, segundo Dias (2010), o poder é o elemento regulador que assegura um mínimo de ordem na natureza, substancialmente anárquica do sistema internacional, e que tem como fim a sobrevivência e perpetuação dos próprios Estados. Para o realismo não existe segurança, um poder superior, logo, os Estados devem velar pela segurança internacional.

A ascensão do realismo ocorreu, principalmente, por 3 fatores: a afirmação dos Estados Unidos da América (EUA) como modelo de referência para a sociedade internacional; maior valorização das ciências sociais e no seu interior das relações internacionais; e, em especial, na generalizada decepção com o idealismo, que fracassou para evitar novo conflito.

Durante a segunda metade do século XX, surgiram novas abordagens que não se sobrepuseram aos pressupostos do paradigma realista, que em síntese são: domínio do enfoque estatal; separação da política interior e exterior; primazia das colocações em relação ao poder.

Enquanto o idealismo via o homem como um ser racional que evitaria a guerra e multiplicaria as organizações internacionais para organizar o mundo, o realismo adota a concepção pessimista da natureza do homem. Segundo essa concepção o ser humano era impulsionado por sua natureza que buscava incessantemente o poder, colocando dúvida na razão idealista se sobrepor a condição humana e evitar a guerra. O realismo aborda a realidade como ela é, e não como deveria ser.

Segundo Dias (2010), são premissas básicas do realismo: a ideia de um Estado unitário e racional; foco na segurança internacional, base da sobrevivência do sistema; o interesse particularista dos Estados Nacionais, que os faz agirem basicamente em função dos seus próprios interesses; a condição permanente de anarquia do sistema internacional e a dificuldade absoluta do estabelecimento da paz entre os seus

diversos atores; a existência de relações de poder entre os Estados baseadas em termos econômicos, militares e a opinião pública internacional.

### 3.3 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A Grande Guerra foi o primeiro conflito armado de dimensões mundiais. Essa guerra de grandes proporções marcou o fim de um longo período de estabilidade e paz na Europa.

A Primeira Guerra Mundial foi um grande divisor de águas da história geopolítica do século XX. Isso levou à queda de quatro grandes dinastias imperiais (na Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria e Turquia), resultou na Revolução Bolchevique na Rússia e, em sua desestabilização da sociedade europeia, lançou as bases para a Segunda Guerra Mundial.

Segundo Royde-Smith e Showater (2018) com a Sérvia já muito engrandecida pelas duas guerras dos Bálcãs (1912-13, 1913), os nacionalistas sérvios voltaram sua atenção para a ideia de "libertar" os eslavos da região sul da Áustria-Hungria. O Coronel Dragutin Dimitrijević, chefe da inteligência militar da Sérvia, também estava sob o pseudônimo de "Apis", prometendo perseguir essa ambição pan-sérvia. Acreditando que a causa sérvia seria beneficiada pela morte do arquiduque austríaco Franz Ferdinand, herdeiro presuntivo do imperador austríaco Franz Joseph, e sabendo que o arquiduque estava prestes a visitar a Bósnia em uma excursão de inspeção militar, Apis planejou seu assassinato. O primeiro-ministro sérvio, Nikola Pašić, ouviu falar da conspiração e avisou o governo austríaco sobre isso, mas sua mensagem foi ignorada.

No dia 28 de junho de 1914, na capital da Bósnia, Sarajevo, Franz Ferdinand e sua mulher, Sophie, foram mortos a tiros por um servo bósnio, Gavrilo Princip. O chefe do estado-maior austro-húngaro, Franz, Graf (conde) Conrad von Hötzendorf, e o ministro das Relações Exteriores, Leopold, Graf von Berchtold, consideraram o crime como a ocasião para humilhar a Sérvia e aumentar o prestígio da Áustria-Hungria. Conrad já havia garantido (outubro de 1913) o apoio de Guilherme II da Alemanha se a Áustria-Hungria iniciasse uma guerra preventiva contra a Sérvia. Essa garantia foi confirmada na semana seguinte ao assassinato, em 6 de julho.

Os austríacos decidiram apresentar um ultimato à Sérvia e depois declarar guerra, confiando na Alemanha para conter a possível intervenção russa. Embora os termos do ultimato tenham finalmente sido aprovados em 19 de julho, sua entrega foi

adiada para a noite de 23 de julho, já que, naquele momento, o presidente francês Raymond Poincaré havia iniciado uma visita de Estado à Rússia em 15 de julho e estaria a caminho de casa, portanto, incapaz de organizar uma reação imediata com seus aliados russos. Quando a entrega foi anunciada, em 24 de julho, a Rússia declarou que a Áustria-Hungria não deveria ter permissão para entrar em guerra com a Sérvia.

A Sérvia respondeu ao ultimato em 25 de julho, aceitando a maioria de suas demandas, mas protestando contra duas delas - a saber, que funcionários sérvios fossem demitidos por ordem da Áustria-Hungria e que autoridades austro-húngaras participassem, em solo sérvio, de processos contra organizações hostis à Áustria-Hungria. Embora a Sérvia se propusesse a submeter a questão à arbitragem internacional, a Áustria-Hungria rompeu relações diplomáticas e ordenou a mobilização parcial de suas tropas.

A guerra foi de fato declarada em 28 de julho e a artilharia austro-húngara começou a bombardear Belgrado no dia seguinte. A Rússia, então, ordenou a mobilização parcial contra a Áustria-Hungria, e em 30 de julho, quando a Áustria-Hungria estava respondendo convencionalmente com uma ordem de mobilização em sua fronteira russa, a Rússia ordenou a mobilização geral. A Alemanha, que desde 28 de julho ainda esperava, desrespeitando as advertências anteriores da Grã-Bretanha, que a guerra da Áustria-Hungria contra a Sérvia poderia ser "localizada" nos Bálcãs, estava desiludida com a Europa Oriental. Em 31 de julho, a Alemanha enviou um ultimato de 24 horas exigindo que a Rússia suspendesse sua mobilização e um ultimato de 18 horas exigindo que a França promettesse neutralidade em caso de guerra entre Rússia e Alemanha.

Segundo Royde-Smith e Showater (2018), tanto a Rússia quanto a França previsivelmente ignoraram essas demandas. Em 1º de agosto, a Alemanha ordenou a mobilização geral e declarou guerra contra a Rússia, e a França também ordenou a mobilização geral. No dia seguinte, a Alemanha enviou tropas para o Luxemburgo e exigiu da Bélgica livre passagem para as tropas alemãs em todo o seu território. Em 3 de agosto, a Alemanha declarou guerra contra a França.

Na noite de 3 e 4 de agosto, forças alemãs invadiram a Bélgica. Então, a Grã-Bretanha, que não se preocupava com a Sérvia e não tinha obrigação expressa de lutar nem pela Rússia nem pela França, estava expressamente empenhada em defender a Bélgica, e em 4 de agosto declarou guerra à Alemanha.

A Áustria-Hungria declarou guerra contra a Rússia em 5 de agosto; Sérvia contra a Alemanha em 6 de agosto; Montenegro contra a Áustria-Hungria em 7 de agosto e contra a Alemanha em 12 de agosto; França e Grã-Bretanha contra a Áustria-Hungria em 10 de agosto e 12 de agosto, respectivamente; Japão contra a Alemanha em 23 de agosto; Áustria-Hungria contra o Japão em 25 de agosto e contra a Bélgica em 28 de agosto.

A Romênia renovou sua aliança secreta anti-russa de 1883 com a Poteres centrais em 26 de fevereiro de 1914, mas agora optou por permanecer neutra. A Itália havia confirmado a Tríplice Aliança em 7 de dezembro de 1912, mas agora podia propor argumentos formais para desconsiderá-la: primeiro, a Itália não era obrigada a apoiar seus aliados em uma guerra de agressão; segundo o tratado original de 1882 declarara expressamente que a aliança não era contra a Inglaterra.

Em 5 de setembro de 1914, a Rússia, a França e a Grã-Bretanha concluíram o Tratado de Londres, cada um prometendo não fazer uma paz separada com as Potências Centrais. Daí em diante eles poderiam ser chamados de Aliados, ou Entente.

A deflagração da guerra em agosto de 1914 foi recebida com confiança e júbilo pelos povos da Europa, entre os quais se apareceu uma onda de sentimento e celebração patriótica. Poucas pessoas imaginaram quanto tempo ou quão desastrosa uma guerra entre as grandes nações da Europa poderia ser, e acreditavam que o lado de seu país seria vitorioso em questão de meses. A guerra foi bem-vinda patrioticamente, como defensiva imposta pela necessidade nacional, ou idealisticamente, como defensora do direito contra o poder, a santidade dos tratados e a soberania nacional.

Na Primeira Guerra Mundial “morreram mais de 9 milhões de soldados da Infantaria, da Marinha e da Força Aérea. Calcula-se que morreram mais de 5 milhões de civis em consequência da ocupação, de bombardeio, fomes e doenças” (GILBERT, 2017). A Grande Guerra, segundo Gilbert (2017) alterou o mapa e o destino da Europa da mesma forma que marcou sua pele cauterizando-a e deixando marcas em sua alma.

O resultado desse conflito sangrento foi a vitória da Tríplice Entente em 1918 e a imposição de pesados acordos de reparação por parte dos alemães. Isso foi selado por meio do Tratado de Versalhes. Os termos impostos à Alemanha incluíam a perda de uma parte de seu território, de todas as colônias sobre os oceanos e no continente



africano, restrições ao tamanho das Forças Armadas e a indenização citada anteriormente.

A República de Weimar também aceitou reconhecer a independência da Áustria. O ministro alemão do exterior, Hermann Muller, assinou o tratado em 28 de junho de 1919. O tratado foi ratificado pela Liga das Nações em 10 de janeiro de 1920. Na Alemanha o tratado causou choque e humilhação na população, o que contribuiu para a queda da República de Weimar em 1933 e a ascensão do Nazismo.

### 3.4 LIGA DAS NAÇÕES

A história dessa organização remonta ao século XIX. O Congresso de Viena de 1815 estabeleceu as bases para a paz e segurança no mundo após os anos revolucionários da Revolução Francesa e de Napoleão. Não foi um período ausente de confrontos e conflitos, mas foi um tempo de relativa estabilidade para os países europeus, que eram o centro do poder mundial. Segundo Azevedo (2017), organizações de cooperação específicas a uma determinada área surgiram ainda antes da chegada do século XX, como a União Internacional de Telecomunicações (UIT), de 1865 e a União Postal Universal (UPU), de 1874. Nos dias atuais, ambas integram as agências da ONU. Essa paz começou a ser corrompida no período da paz armada que culminou com a 1ª Guerra Mundial.

O término da 1ª Guerra Mundial foi marcado pelo surgimento da Liga das Nações, legítima predecessora da Organização das Nações Unidas. A Liga das Nações surgiu por proposta de Woodrow Wilson, 28º presidente dos Estados Unidos da América, de 1913 a 1921, que sugeriu a adoção do Tratado dos 14 pontos que foram as diretrizes para a paz e para a criação da Liga das Nações. Segundo Manduca (2011), os 14 pontos de Wilson foram os seguintes:

- Inaugurar pactos de paz, depois dos quais não deverá haver acordos diplomáticos secretos, mas sim diplomacia franca e sob os olhos públicos;
- Liberdade absoluta de navegação nos mares e águas fora do território nacional, tanto na paz quanto na guerra, com exceção dos mares fechados completamente ou em parte por ação internacional em cumprimento de pactos internacionais;
- Abolição, na medida do possível, de todas as barreiras econômicas entre os países e o estabelecimento de uma igualdade das condições de comércio entre todas as nações que consentem com a paz e com a associação multilateral;

- Garantias adequadas da redução dos armamentos nacionais até o menor nível necessário para garantir a segurança nacional;

- Um reajuste livre, aberto e absolutamente imparcial da política colonialista, baseado na observação estrita do princípio de que a soberania dos interesses das populações colonizadas deve ter o mesmo peso dos pedidos equiparáveis das nações colonizadoras;

- Retirada dos Exércitos do território russo e solução de todas as questões envolvendo a Rússia, visando assegurar melhor cooperação com outras nações do mundo. O tratamento dispensado à Rússia por suas nações irmãs será o teste de sua boa vontade, da compreensão de suas necessidades como distintas de seus próprios interesses e de sua simpatia inteligente e altruísta;

- Bélgica, o mundo inteiro concordará, precisa ser restaurada, sem qualquer tentativa de limitar sua soberania a qual ela tem direito assim como as outras nações livres;

- Todo território francês deve ser libertado e as partes invadidas restauradas. O mal feito à França pela Prússia, em 1871, na questão da Alsácia e Lorena, deve ser desfeito para que a paz possa ser garantida mais uma vez, no interesse de todos;

- Reajuste das fronteiras italianas, respeitando linhas reconhecidas de nacionalidade;

- Reconhecimento do direito ao desenvolvimento autônomo dos povos da Áustria-Hungria, cujo lugar entre as nações queremos ver assegurado e salvaguardado;

- Retirada das tropas estrangeiras da Romênia, da Sérvia e de Montenegro, restauração dos territórios invadidos e o direito de acesso ao mar para a Sérvia;

- Reconhecimento da autonomia da parte da Turquia dentro do Império Otomano e a abertura permanente do estreito de Dardanelos como passagem livre aos navios e ao comércio de todas as nações, sob garantias internacionais;

- Independência da Polônia, incluindo os territórios habitados por população polonesa, que devem ter acesso seguro e livre ao mar;

- Criação de uma associação geral sob pactos específicos com o propósito de fornecer garantias mútuas de independência política e integridade territorial dos grandes e pequenos Estados.

Os 14 Pontos de Wilson foram a base para um organismo internacional que se desejava estar acima dos confrontos e conflitos entre as nações naquele período da

história.

A primeira assembleia da Liga ocorreu em 15 de novembro de 1920, mas sem a participação dos EUA, que não aprovaram os 14 pontos de seu presidente no Congresso Americano. Assim, com o isolamento norte-americano a Liga das Nações não alcançou legitimidade e efetividade em suas ações auxiliando a pavimentar o caminho para a 2ª Guerra Mundial. A Liga das Nações como organismo internacional pensada e criada para evitar novos conflitos com a 1ª Guerra Mundial falhou nos seus objetivos.

A Liga das Nações foi uma organização supranacional que tinha por objetivo reunir todas as nações da Terra. A mediação e a arbitragem no trato entre as nações e a paz e a ordem no mundo inteiro tinha por objetivo evitar novos conflitos, de qualquer proporção, como a recém terminada 1ª Guerra Mundial. A Liga das Nações era organizada de uma maneira similar à atual Organização das Nações Unidas (ONU). Foi composta de um Secretariado, Assembleia Geral, e um Conselho Executivo (aos moldes do Conselho de Segurança da ONU).

As potências vitoriosas da Primeira Guerra Mundial, a saber: Reino Unido, França, Itália, Japão ocuparam o Conselho Executivo. De forma análoga à atual da ONU, membros não permanentes compunham o Conselho Executivo por determinado período, mediante voto, cedendo sua posição mais tarde a outro país escolhido, realizando assim um rodízio permanente.

Os Estados Unidos participaram ativamente da criação da Liga das Nações, mas não integraram o organismo. Isso se deve à política isolacionista onde o Congresso norte americano entendia que ao aderir à Liga das Nações estaria se desviando de sua política externa tradicional. Esse posicionamento levou o Congresso a vetar a entrada norte-americana na Liga das Nações.

A América entrou na Primeira Guerra Mundial em 1917. O país como um todo e o presidente - Woodrow Wilson em particular - ficaram chocados com o massacre ocorrido no que deveria ser uma parte civilizada do mundo. A única maneira de evitar a repetição de tal desastre era criar um organismo internacional cuja única finalidade era manter a paz mundial e resolver as disputas internacionais como e quando ocorressem. Esta seria a tarefa da Liga das Nações.

Mas, diferentemente da ONU, a Liga das Nações não dispunha de braço armado destinado a prover e manter situações de paz em áreas de conflito, por isso, sua ferramenta de coerção baseava-se em sanções econômicas e militares. A

literatura costuma afirmar que a Liga das Nações não tinha dentes, ao contrário de sua sucessora.

Após a devastação da guerra, o apoio a essa boa ideia foi grande (exceto na América, onde o isolacionismo estava criando raízes). A Liga das Nações seria sediada em Genebra, na Suíça. Essa escolha foi natural, já que a Suíça era um país neutro e não havia lutado na Primeira Guerra Mundial. Ninguém poderia contestar essa escolha, especialmente porque uma organização internacional como a Cruz Vermelha já estava baseada na Suíça.

Se uma disputa ocorresse, a Liga, sob o seu Pacto, poderia tomar três atitudes, também conhecidas como sanções:

- Poderia pedir aos Estados em disputa que se sentassem e discutissem o problema de maneira ordenada e pacífica. Isso seria feito na Assembleia da Liga - que era essencialmente o parlamento da Liga que ouviria as disputas e tomaria uma decisão sobre como proceder. Se uma nação fosse vista como agressora, a Liga poderia introduzir sanções verbais - alertando a nação agressora de que ela precisaria deixar o território de outra nação ou enfrentar as consequências.

- Se os Estados em disputa não ouvissem a decisão da Assembleia, a Liga poderia introduzir sanções econômicas. Isso seria organizado pelo Conselho da Liga. O objetivo desta sanção era atingir financeiramente o país agressor, para que ele tivesse que acatar as exigências da Liga. A lógica por trás disso era empurrar uma nação agressora à bancarrota, de modo que as pessoas cobrassem seu Estado, forçando-o a aceitar a decisão da Liga. A Liga poderia ordenar que os membros da Liga não fizessem nenhum comércio com uma nação agressora em um esforço para levar a nação agressora a recuar.

- Se isso falhasse, a Liga poderia introduzir sanções físicas. Isso significava que a força militar seria usada para colocar em prática a decisão da Liga. No entanto, a Liga não tinha uma força militar à sua disposição e nenhum membro da Liga tinha que fornecer uma sob os termos da adesão - ao contrário das atuais Nações Unidas. Portanto, não poderia realizar nenhuma ameaça e qualquer país que desafiasse sua autoridade teria consciência dessa fraqueza. Os dois únicos países da Liga que poderiam fornecer qualquer poder militar foram o Reino Unido e a França e ambos foram severamente esgotados em termos militares na Primeira Guerra Mundial e não puderam fornecer à Liga o apoio de que precisavam. Também a Grã-Bretanha e a França não estavam em condições de usar suas finanças para pagar um exército

expandido, já que ambos foram duramente atingidos financeiramente pela Primeira Guerra Mundial.

A Liga também tinha outras fraquezas: os Estados Unidos da América se recusaram a participar da Liga das Nações. O país, cujo presidente, Woodrow Wilson, havia sonhado com a ideia da Liga - América. Como a América era a nação mais poderosa do mundo, isso representou um sério golpe no prestígio da Liga. No entanto, a recusa dos Estados Unidos em ingressar na Liga se encaixou em seu desejo de ter uma política isolacionista em todo o mundo; a Alemanha não foi autorizada a ingressar na Liga em 1919. Como a Alemanha iniciara a guerra, de acordo com o Tratado de Versalhes, uma de suas punições era que ela não era considerada membro da comunidade internacional e, portanto, não foi convidada a juntar-se ao organismo. Este foi um grande golpe para a Alemanha, mas também significou que a Liga não poderia usar qualquer força que a Alemanha tivesse para apoiar sua campanha contra nações agressoras; a Rússia também não foi autorizada a participar, pois em 1917 ela tinha um governo comunista que gerou medo na Europa Ocidental, e em 1918, a família real russa - os Romanovs - foi assassinada. Tal país não teve permissão para ocupar o seu lugar na Liga.

Assim, a Liga tinha um ótimo ideal - acabar com a guerra de vez. No entanto, se uma nação agressora fosse determinada o suficiente para ignorar as advertências verbais da Liga, tudo o que a Liga poderia fazer era impor sanções econômicas e esperar que elas funcionassem como se não tivessem chance ou aplicassem suas decisões usando poder militar.

O maior sucesso da Liga das Nações foi envolver as questões sociais, simplesmente informando ao mundo em geral que esses problemas existiam e que deveriam ser enfrentados. Nenhuma organização havia feito isso antes da Liga. Esses problemas sociais podem ter continuado, mas o fato de que agora eles estavam sendo ativamente investigados pela Liga e depois levados a bordo pelas Nações Unidas deve ser visto como um sucesso.

A Liga das Nações se autodissolveu em 1946 e foi reestruturada naquilo que hoje se transformou na ONU. Os princípios básicos foram mantidos, entretanto, foram tomados cuidados de evitar os equívocos que conduziram à inefetividade da Liga das Nações.

### 3.5 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939 – 1945)

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito que envolveu praticamente todas os continentes do mundo durante os anos 1939-1945. Os principais beligerantes foram as potências do Eixo - Alemanha, Itália e Japão - e os Aliados - França, Grã-Bretanha, Estados Unidos, a União Soviética e, em menor grau, a China. A guerra foi, em muitos aspectos, uma continuação, após um hiato desconfortável de 20 anos, das disputas não resolvidas pela Primeira Guerra Mundial. As mais de quarenta milhões de mortes ocorridas na Segunda Guerra Mundial tornaram o conflito no mais sangrento, assim como a maior guerra da história.

Juntamente com a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial foi um dos grandes divisores de águas da história geopolítica do século XX. Isso resultou na extensão do poder da União Soviética às nações da Europa Oriental, permitiu que um movimento comunista acabasse por alcançar o poder na China e marcou a mudança decisiva de poder no mundo para longe dos estados da Europa ocidental e em direção dos Estados Unidos e da União Soviética.

No início de 1939, Adolf Hitler estava determinado a invadir e ocupar Polônia. A Polônia, por sua vez, tinha garantias de apoio militar francês e britânico caso fosse atacada pela Alemanha. Hitler pretendia invadir a Polônia de qualquer maneira, mas primeiro ele teve que neutralizar a possibilidade de que a União Soviética resistisse à invasão de seu vizinho ocidental. Negociações secretas levaram de 23 a 24 de agosto à assinatura do Pacto Não-agressão Alemão-Soviético em Moscou. Em um protocolo secreto deste pacto, os alemães e os soviéticos concordaram que a Polônia deveria ser dividida entre eles, com o terço ocidental do país indo para a Alemanha e os dois terços do leste sendo tomados pela URSS.

Tendo alcançado este acordo, cujas outras disposições reduziram a Europa, Hitler pensou que a Alemanha poderia atacar a Polônia sem perigo de intervenção soviética ou britânica e deu ordens para a invasão começar em 26 de agosto. A assinatura, em 25 de agosto, de um tratado formal de assistência mútua entre a Grã-Bretanha e a Polônia fez com que Hitler adiasse o início das hostilidades por alguns dias. Ele ainda estava determinado, no entanto, a ignorar os esforços diplomáticos das potências ocidentais para contê-lo. Finalmente, às 12:40 PM em 31 de agosto de 1939, Hitler ordenou hostilidades contra a Polônia para começar às 4:45 da manhã seguinte. A invasão começou como ordenada. Em resposta, Grã-Bretanha e França declararam guerra à Alemanha em 3 de setembro, às 11:00 e 17:00, respectivamente. A Segunda Guerra Mundial havia começado.

A ideologia racista de Hitler e sua concepção da política de poder levaram-no a perseguir certos objetivos nos países europeus conquistados pelos alemães no período de 1939-42. Hitler pretendia que as áreas ocidentais e do norte da Europa nas quais as administrações alemãs civis fossem instaladas - Holanda e Noruega - se tornassem, mais tarde, em parte do Reich ou nação alemã. Os países deixados pela Alemanha sob administração militar (que originalmente haviam sido impostos em todos os lugares), como a França e a Sérvia, acabariam sendo incluídos mais vagamente em um bloco europeu dominado pelos alemães. Polônia e a União Soviética, por outro lado, deveria ser uma área colonial para colonização e exploração econômicas alemãs.

Sem considerar essas distinções, a Schutzstaffel (SS), o corpo de elite do Partido Nazista, possuía poderes excepcionais em toda a Europa dominada pelos alemães e, com o tempo, passou a desempenhar mais e mais funções executivas, mesmo naqueles países sob administração militar. Da mesma forma, os poderes que Hitler deu ao seu comissário-chefe de trabalho, Fritz Sauckel, para a inscrição compulsória de trabalhadores estrangeiros na indústria de armamentos alemã, foi logo aplicada a toda a Europa dominada pelos alemães e, finalmente, transformou sete milhões e quinhentas mil pessoas em força de trabalho escrava. Acima de tudo, no entanto, havia a solução final do “Questão Judaica” como ordenada por Hitler, o que significava o extermínio do povo judeu em toda a Europa, onde o governo alemão estava em vigor ou onde a influência alemã fosse decisiva.

A Solução Final - isto é, o passo além das meias-medidas, como a concentração dos judeus poloneses em guetos superlotados - foi introduzida simultaneamente com os preparativos da Alemanha para a campanha militar contra a União Soviética, já que Hitler acreditava que a aniquilação dos comunistas implicava não apenas o extermínio da classe dominante soviética, mas também o que ele acreditava ser sua “base biológica” - os milhões de judeus no oeste da Rússia e na Ucrânia. Assim, com o início da invasão da União Soviética em 1941, esquadrões especiais de extermínio móveis começaram a atirar sistematicamente na população judaica no território soviético conquistado na retaguarda dos exércitos alemães em avanço; em poucos meses, até o final de 1941, eles haviam matado cerca de um milhão e quatrocentas mil pessoas. Enquanto isso, planos foram feitos em 1941 para exterminar da mesma forma os judeus da Europa central e ocidental.

Na Conferência dos Chefes Nazista e das SS de Wannsee, em janeiro de 1942, foi acordado que esses judeus seriam deportados e enviados para campos no leste da Pôlonia, onde seriam mortos em massa ou transformados em trabalhadores escravos até que morressem. Segundo Royde-Smith e Hughes (2018), no período de maio de 1942 a setembro de 1944, mais de quatro milhões e duzentos mil judeus foram mortos nos campos de extermínio de Auchwitz, Treblinka, Belzec, Chelmno, Maidanek e Sobibor. Cerca de cinco milhões e setecentos mil morreram no decurso da Solução Final.

Enquanto Hitler destinava os judeus em seu império ao extermínio físico, ele considerava os eslavos, principalmente os poloneses e os russos, como "sub-humanos" que seriam submetidos à contínua dizimação e usados como um grupo de mão-de-obra barata, isto é, reduzida à escravidão. A Polônia tornou-se o campo de treinamento para esse propósito. Após a conquista alemã da Polônia em 1939, Hitler ordenou que a SS matasse uma grande proporção da intelectualidade polonesa. Um reino de terror contra as classes dominantes polonesas de mentalidade nacionalista começou, e até a guerra acabar um total de seis milhões de poloneses e judeus poloneses foram mortos. Hitler desejava ainda que toda a massa de eslavos e bálticos nas porções ocupadas da União Soviética fosse indiscriminadamente submetida à dominação alemã e deveria ser explorada economicamente sem impedimentos ou compaixão. No evento, a Ucrânia foi a principal área sujeita à exploração econômica e se tornou a principal fonte de trabalho escravo. Quando os exércitos alemães entraram pela primeira vez na Ucrânia em julho de 1941, muitos ucranianos haviam recebido os alemães como seus libertadores do terrorismo stalinista e da coletivização. Mas essa boa vontade logo se transformou em ressentimento quando os alemães requisitaram grandes quantidades de grãos das fazendas, deportaram à força vários milhões de ucranianos para trabalhar na Alemanha e se envolveram em represálias brutais contra civis por atos de resistência ou sabotagem.

Essas políticas desumanas de ocupação eram praticadas em maior ou menor grau em todos os países ocupados pelos alemães, e o resultado foi o início, em 1940-41, de movimentos de resistência armados e clandestinos naqueles países. A resistência clandestina foi especialmente eficaz na União Soviética, porque funcionava por trás das frentes em que os exércitos alemães ainda estavam envolvidos na batalha contra o Exército Vermelho. Os *Partisans* soviéticos, como eram chamados, podiam receber secretamente armas, equipamentos e direção das



forças soviéticas na linha de frente. *Partisans* soviéticos, como os membros dos movimentos de Resistência de outras nações, assediaram e perturbaram as atividades militares e econômicas alemãs, explodindo depósitos de munição e instalações de comunicações e transporte, sabotando fábricas, emboscando pequenas unidades alemãs e recolhendo inteligência militar para uso pelos exércitos aliados. Em 1944, as organizações de resistência na União Soviética, Polônia, Iugoslávia, França e Grécia tinham crescido bastante e estava segurando muitas divisões alemãs que eram muito necessárias na frente de batalha. Na Europa Oriental e na Iugoslávia, a Resistência passou a controlar grandes extensões de terra em áreas mais inacessíveis, como florestas, cadeias montanhosas e terras alagadas. Algumas organizações da Resistência, como os *Partisans* na Iugoslávia e o Movimento de Libertação Nacional na Grécia, eram comunistas, enquanto outros, como o Maquis na França e o Exército da Casa na Polônia, eram pessoas de muitas tendências políticas diferentes, embora fossem invariavelmente antifascistas.

As tentativas das autoridades de ocupação alemãs para erradicar a Resistência na maioria dos casos apenas alimentaram as chamas, devido ao uso de represálias indiscriminadas por parte dos alemães contra civis. É geralmente aceito que, em 1944, os alemães haviam recebido a esmagadora antipatia da maioria das pessoas nas nações ocupadas da Europa. Deve-se notar, no entanto, que a ocupação alemã foi em geral muito mais dura na Europa Oriental e nos Bálcãs do que na Europa Ocidental. Na União Soviética, Polônia, Iugoslávia e Grécia, um processo de Resistência baseada em guerrilha e represálias nazistas começou em 1941 e prosseguiu crescendo em 1943-1944 como a fúria do nazismo resultando em uma guerra de aniquilação sobre os povos eslavos.

O alto comando do Exército alemão esperava, há muito tempo, uma invasão aliada do Norte da França mas não tinha meios de saber onde precisamente o golpe viria. Os alemães tinham 59 divisões espalhadas pela Europa Ocidental a partir do Países Baixos às costas atlântica e mediterrânea da França; mas aproximadamente metade desse número era estático e o restante incluía apenas 10 divisões blindadas ou motorizadas.

Segundo Royde-Smith e Hughes (2018), adiada em maio, a “Operação Overlord” dos aliados ocidentais, a invasão há muito debatida do norte da França, ocorreu em 6 de junho de 1944 - a mais celebrada da guerra, o Dia D - quando cento e cinquenta e seis mil homens foram desembarcados nas praias da Normandia, entre

o estuário de Orne e o extremo sudeste da península de Cotentin: oitenta e três mil soldados britânicos e canadenses nas praias do leste, setenta e três mil americanos no oeste. Sob a direção suprema de Eisenhower e o comando imediato de Montgomery, as forças invasoras inicialmente compreendiam o 1º Exército canadense (Tenente-general Henry Duncan Graham Crerar ); o 2º Exército Britânico (Tenente-General Sir Miles Dempsey ); e as 1ª e 6ª divisões aerotransportadas britânicas, o 1º Exército dos EUA e as 82ª e 101ª divisões aéreas (todas sob o comando do Tenente-General Omar N. Bradley ).

Em 31 de julho de 1944, os americanos à direita dos aliados, recém-apoiados pelo desembarque do 3o. Exército dos EUA sob Patton, romperam as defesas alemãs em *Avranches*, a passagem da Normandia para a Bretanha. Em 7 de agosto, um contra-ataque desesperado por quatro divisões Panzer de *Mortain*, a leste de *Avranches*, não conseguiu selar a penetração aliada. A ampla manobra flanqueadora dos americanos depois do rompimento produziu rapidamente um colapso geral da posição alemã no norte da França.

Enquanto isso, mais e mais tropas aliadas estavam sendo desembarcadas na Normandia. A Resistência Francesa clandestina em Paris levantou-se contra os alemães em 19 de agosto; e uma divisão francesa sob comando do General Jacques Leclerc, avançando da Normandia, recebeu a rendição das forças alemãs e libertou a cidade em 25 de agosto.

As forças alemãs teriam tido tempo suficiente para recuar para o rio Sena e formar uma forte linha de barreira defensiva, não fosse pelas ordens obstinadamente sem sentido de Hitler de que não houvesse retirada. Foi sua loucura que permitiu aos Aliados libertar a França tão rapidamente. A maior parte das forças armadas alemãs e muitas divisões de infantaria foram lançadas na batalha da Normandia e mantidas ali pelas ordens de "não retirar" de Hitler até que elas desmoronaram e uma grande parte delas ficou presa. Os remanescentes eram incapazes de resistir ainda mais, e sua retirada (que era em grande parte a pé) logo foi superada pelas colunas mecanizadas britânicas e americanas. Mais de 200 mil soldados alemães foram feitos prisioneiros na França e 1.200 tanques alemães foram destruídos nos combates.

Segundo Royde-Smith e Hughes (2018), antes que suas forças terrestres estivessem prontas para o assalto final à Alemanha, os aliados ocidentais intensificaram seu bombardeio aéreo. Esta ofensiva culminou em uma série de cinco ataques contra Dresden. O motivo desses ataques supostamente promoveria o

avanço soviético destruindo um centro de comunicações importante para a defesa alemã da Frente Oriental.

O desejo dominante dos alemães agora, tanto das tropas quanto dos civis, era ver os exércitos britânico e americano varrerem o leste o mais rápido possível para chegar a Berlim e ocupar o máximo possível do país antes que os soviéticos superassem a linha de Oder. Poucos deles estavam inclinados a ajudar o objetivo de Hitler de obstrução pela autodestruição. Em 19 de março (véspera da travessia do Reno), Hitler emitiu uma ordem declarando que “a batalha deveria ser conduzida sem consideração pela nossa própria população”. Seus comissários regionais foram instruídos a destruir “todas as plantas industriais, todas as principais obras de eletricidade, obras hidráulicas, obras de gás”, juntamente com “todas as lojas de alimentos e roupas”, a fim de criar “um deserto” no caminho dos Aliados. Quando seu ministro da produção de guerra protestou contra essa ordem drástica, Hitler respondeu: “Se a guerra for perdida, a nação alemã também perecerá. Assim, não há necessidade de considerar o que o povo exige para a continuidade da existência.” Os americanos e os britânicos, dirigindo para o leste a partir do Reno, encontraram pouca oposição e chegaram ao rio Elba a 96 quilômetros de Berlim, em 11 de abril. Ali estacionaram (ROYDE-SMITH e HUGHES, 2018).

Isolado e reduzido ao desespero, Hitler se casou com Eva Braun, durante a noite de 28 e 29 de abril, e em 30 de abril ele se suicidou com ela nas ruínas da Chancelaria, enquanto as tropas soviéticas avançavam a menos de um quilômetro do seu complexo de bunkers; seus corpos foram apressadamente cremados no jardim.

Não pode haver nenhuma medida estatística real do custo humano e material da Segunda Guerra Mundial. O custo do dinheiro para os governos envolvidos foi estimado em mais de um trilhão de dólares, mas este número não pode representar a miséria humana, a privação e o sofrimento, o deslocamento dos povos e da vida econômica ou a destruição física da propriedade que a guerra envolveu.

Os nazistas da Europa ocupada drenaram seus territórios conquistados de recursos para alimentar a máquina de guerra alemã. A indústria e a agricultura na França, Bélgica, Holanda, Dinamarca e Noruega foram obrigadas a produzir para atender às necessidades alemãs, com a consequente privação de seus próprios povos. A Itália, embora inicialmente um aliado alemão, não se saiu melhor. Os recursos dos territórios ocupados na Europa Oriental foram ainda mais implacavelmente explorados. Milhões de homens e mulheres saudáveis foram

deslocados para realizar trabalhos forçados nas fábricas e fazendas alemãs. Todo o sistema de exploração econômica alemã foi imposto por métodos cruéis e brutais, e a resistência guerrilheira que despertou foi violenta em si mesma e provocou represálias alemãs que foram ainda mais brutais, particularmente na Polônia, na Iugoslávia e nas porções ocupadas da União Soviética.

A Grã-Bretanha, que escapou dos estragos da ocupação, sofreu muito com a campanha aérea alemã de 1940-41 e depois com as bombas V e foguetes. Do outro lado, as cidades alemãs foram destruídas pelos bombardeios aliados, e na invasão final da Alemanha, tanto do leste quanto do oeste, houve muita devastação, destruição e pilhagem como forma de retaliação.

A destruição da estrutura física foi imensa e excedeu em muito a da Primeira Guerra Mundial, quando foi em grande parte confinada a áreas de batalha. A França estimou o custo total em um valor equivalente a três vezes o total da renda nacional anual francesa. A Bélgica e os Países Baixos sofreram danos aproximadamente em proporções semelhantes aos seus recursos. Na Grã-Bretanha cerca de 30% dos lares foram destruídos ou danificados; na França, Bélgica e Holanda, aproximadamente de 20%. A agricultura em todos os países ocupados sofreu pesadamente com a destruição de instalações e animais de fazenda, a falta de maquinaria e fertilizantes, e o dreno de mão-de-obra. Os sistemas de transporte interno foram completamente interrompidos pela destruição ou confisco de vagões, locomotivas e barcaças, e pelo bombardeio de pontes e centros ferroviários importantes. Em 1945, as economias das nações continentais da Europa Ocidental estavam em um estado de paralisia virtualmente completa.

Milhões de pessoas em toda a Europa ficaram desabrigadas. Havia cerca de vinte e um milhões de refugiados, mais da metade deles "deslocados" que haviam sido deportados de suas terras natais para realizar trabalhos forçados. Outros milhões que permaneceram em casa estavam fisicamente exaustos por cinco anos de tensão, sofrimento e desnutrição. As estradas da Europa foram inundadas por refugiados em 1945 e 1946, quando mais de cinco milhões de prisioneiros de guerra soviéticos e trabalhadores forçados voltaram para o leste, para a sua terra natal, e mais de oito milhões de alemães fugiram ou foram evacuados para o oeste da Alemanha. Milhões de outras pessoas de quase todas as nacionalidades europeias também retornaram a seus próprios países ou emigraram para novas casas em outras terras.

A devastação da Segunda Guerra Mundial na China foi infligida a um país que já sofria com os males econômicos da superpopulação, subdesenvolvimento e meio século de guerra, desunião política e agitação. O território ocupado pelas forças japonesas era aproximadamente equivalente ao ocupado pelo Eixo na Europa e o período de ocupação era mais longo. Cidades, vilas e aldeias foram devastadas por bombardeios aéreos e exércitos marchando. O sistema de transporte, pobre para começar, foi completamente interrompido. A maioria do número limitado de hospitais e instituições de saúde na China foi destruída ou perdida.

No Japão, o US *Strategic Bombing Survey* descobriu que os danos nos centros urbanos eram comparáveis aos da Alemanha. No total, 40% das áreas urbanas de 66 cidades japonesas foram destruídas e aproximadamente 30% de toda a população urbana do Japão perderam suas casas e muitas de suas posses. Hiroshima e Nagasaki sofreram o dano peculiar e duradouro causado pela explosão atômica e radiação.

#### 4. AS NAÇÕES UNIDAS

“A Carta das Nações Unidas foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945” (ONUBR, 2017). A Carta foi assinada por 50 países, com a Polônia – também um membro original da ONU – assinando-a dois meses depois.

Segundo ONUBR (2017), as Nações Unidas, entretanto, começaram a existir de forma oficial em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta por Estados Unidos, China, França, Reino Unido e a ex-União Soviética, bem como pela maioria dos signatários. O 24 de outubro é comemorado em todo o mundo, como o Dia das Nações Unidas.

A Carta da ONU é o documento mais importante da Organização, como registra seu artigo 103: “No caso de conflito entre as obrigações dos membros das Nações Unidas, em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta”.

##### 4.1 Preâmbulo

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. E PARA TAIS FINS, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para 3 promover o progresso econômico e social de todos os povos. RESOLVEMOS CONJUGAR NOSSOS ESFORÇOS PARA A CONSECUÇÃO DESSES OBJETIVOS. Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas, (ONUBR, 2017).

A Carta das Nações teve o propósito de transferir o monopólio do uso da força dos Estados Nacionais para um organismo mundial de controle. Nesse entendimento, os Estados Nacionais mantêm o monopólio da força legítima no interior de seus territórios. No exterior esse monopólio seria assegurado às Nações Unidas que se contraporiam a toda agressão externa.

## 4.2 Breve Histórico

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional formada por países de todos os continentes que participam voluntariamente pela paz e desenvolvimento mundial. A ONU é composta por 6 principais órgãos, além de agências especializadas, fundos, programas, comissões, departamentos e escritórios. Os principais órgãos da ONU são o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral.

O Conselho de Segurança é o órgão da ONU responsável pela paz e segurança internacionais (ONUBR, 2017). Esse órgão é composto por 15 membros, sendo 5 permanentes (Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China) e com poder de veto e 10 eleitos a cada dois anos, pela Assembleia Geral, sem poder de veto.

A história dessa organização remonta ao século XIX. O Congresso de Viena de 1815 estabeleceu as bases para a paz e segurança no mundo após os anos revolucionários da Revolução Francesa e de Napoleão. Não foi um período ausente de confrontos e conflitos, mas foi um tempo de relativa estabilidade para os países europeus, que eram o centro do poder mundial. Segundo Azevedo (2017), organizações de cooperação específicas a uma determinada área surgiram ainda antes da chegada do século XX, como a União Internacional de Telecomunicações (UIT), de 1865 e a União Postal Universal (UPU), de 1874. Nos dias atuais, ambas integram as agências da ONU. Essa paz começou a ser corrompida no período da paz armada que culminou com a 1ª Guerra Mundial.

Os anos de 1939 a 1945, período da maior guerra mundial já vivenciada pelo homem até os dias atuais, fortaleceram o pressuposto da necessidade de uma organização internacional dedicada a manter a paz e o desenvolvimento mundial. Assim, com o término da 2ª Guerra Mundial foi criada a Organização das Nações Unidas, por meio da Carta de São Francisco. A ONU estabeleceu os parâmetros para o seu funcionamento, bem como os organismos que a comporiam, como a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança.

Durante a criação do Conselho de Segurança os EUA cogitaram um assento permanente para o Brasil, mas a União Soviética foi contra pela condição brasileira de país aliado dos norte-americanos. Assim, o Brasil desde esse passado distante vem pleiteando um assento permanente no Conselho. Mas há outras propostas para reforma do Conselho de Segurança que vão ao encontro aos interesses brasileiros. Segundo Lima e Pereira (2014), as principais propostas de reforma do Conselho de

Segurança, são as seguintes:

O G4 foi o primeiro grupo a formalizar proposta de reforma. Apoiados por 23 Estados<sup>5</sup>, Alemanha, Brasil, Índia e Japão lideram o grupo. O documento aborda proposição de reforma no tamanho e na composição do Conselho, bem como a melhoria, na visão do grupo, dos métodos de trabalho. Também estabelece as normas para candidatura e eleição dos novos membros permanentes, emendas na Carta da ONU e sobre o direito de veto. (AGNU a, 2005)

Em seguida, o Grupo Africano apresentou sua proposta. Sendo maior dos grupos – 44 Estados -, sua proposta difere pouco da proposta do G4, mas o ponto de maior destaque é justamente o aumento da participação dos Estados africanos no CSNU. A África é um continente conflituoso e os Estados do grupo defendem que o desenvolvimento pode auxiliar na manutenção da segurança internacional, além de questionarem o fato de o continente africano ser o único sem representação permanente no CSNU. (AGNU b, 2005)

A terceira proposta oficialmente apresentada à AGNU é a do Grupo Unidos pelo Consenso. Doze Estados são os responsáveis por ela e vale destacar que é a única proposta que não clama por um alargamento dos assentos permanentes. (AGNU c, 2005).

Segundo Azevedo (2017), essas propostas foram compiladas nos relatórios do grupo de trabalho criado por BOUTROS BOUTROS-GHALI em 2005 e pela carta entregue por Zaheer Tanin, chefe do processo intergovernamental de reforma do Conselho de Segurança da ONU, em 2012. Atualmente essas propostas seguem sendo discutidas.

Segundo o ONUBR (2018), o egípcio Boutros Boutros-Ghali tornou - se o sexto Secretário Geral das Nações Unidas no dia 1º de janeiro de 1992, quando iniciou seu mandato de cinco anos. No momento de sua nomeação pela Assembleia Geral em 3 de dezembro de 1991, o Sr. Boutros-Ghali era vice-primeiro-ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito desde maio de 1991 e servia como Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros de outubro de 1977 até 1991.

#### 4.3 Proposta do Grupo dos 4 – G4 (Alemanha, Brasil, China e Índia)

Esse grupo propõe maior representatividade regional. Para isso o grupo sugere mais seis cadeiras permanentes e 4 não permanentes, totalizando 25 cadeiras. Os novos assentos permanentes seriam ocupados pelos quatro países do G4 e 2 países africanos. Os demais assentos, não permanentes, seriam distribuídos entre Europa Oriental, África, Ásia, América Latina e Caribe.

O poder de veto seria ativado somente após quinze anos da implementação da reforma. Essa proposta de reforma dos P-5 encontrou alguma aceitação dos EUA, mas também conta com a resistência da China, que não quer dividir com o Japão o



papel de líder do Extremo Oriente e muito menos auxiliar os nipônicos a alcançar a condição *global player* político. Outros países, como a Espanha não querem outro país europeu com assento permanente no CSNU e o Brasil encontra resistências de México e Argentina, que não aceitam a ascensão do Brasil a condição de líder regional.

Segundo AGNU (2005), o Conselho de Segurança das Nações Unidas deveria ser acrescido de dez membros sendo seis permanentes. Esses novos países membros permanentes estariam dispostos entre dois africanos, dois asiáticos, um latino americano e caribenho e um da Europa ou outros Estados. Os demais países membros não permanentes estariam distribuídos entre um africano, um asiático, um do leste europeu e um da América Latina e Caribe.

#### 4.4 Proposta do Grupo União Africana (Consenso de Ezulwini) (A/59/L.67)

Um grupo de quarenta e quatro países formulou a proposta conhecida como União Africana. Essa proposta concederia aos membros permanentes as mesmas prerrogativas do atual P-5, inclusive o poder de veto. Essa proposta prevê a reforma e ampliação do CSNU dos atuais quinze membros para vinte e seis, sendo seis novos assentos permanentes e cinco assentos não permanentes. Os novos membros permanentes seriam distribuídos proporcionando maior distribuição regional, sendo dois para a África, dois para a Ásia, um para América Latina e Caribe e um para a Europa Ocidental e outros Estados. Os cinco não permanentes seriam distribuídos também privilegiando a distribuição regional, sendo dois para África, um para Ásia, um para Europa Oriental e um para América Latina e Caribe.

#### 4.5 Proposta do Grupo Unidos pelo Consenso (Argentina, Canadá, Itália, México e Paquistão) (A/59/L.68).

Os países que compõem esse grupo, inicialmente, não desejavam nenhuma mudança ou reforma do Conselho de Segurança da ONU. Entretanto, com a apresentação da proposta de reforma pelo G-4 os países do Unidos pelo Consenso resolveram apresentar suas demandas de reforma. Esse grupo não pretende um aumento do P-5, somente dos assentos não-permanentes que seriam acrescidos de 10 cadeiras, sendo que seus ocupantes seriam eleitos para um mandato de 2 anos e com possibilidade de uma reeleição.

Segundo A/59/L.68 (2005):

Decide que o Conselho de Segurança consistirá, além dos cinco membros permanentes, conforme determinado pelo Artigo 23, parágrafo 1, da Carta das Nações Unidas, de vinte membros eleitos das Nações Unidas servindo no Conselho de Segurança por um período de dois anos, de acordo com as disposições dos parágrafos 3 e 5 abaixo;

O objetivo do Unidos pelo Consenso é fazer oposição ao G-4. Assim, Itália e Espanha reprovam a entrada da Alemanha como membro permanente do CSNU. De maneira análoga, o Paquistão é contra a Índia, a República da Coreia é contra a candidatura do Japão e México e Argentina são contra as pretensões do Brasil.

#### 4.6 Grupo L.69 (Países em Desenvolvimento)

Segundo Azevedo (2017), os países integrantes desse grupo resolveram utilizar a denominação do número do projeto de sua resolução. O grupo representa nações pequenas ou em desenvolvimento. O Brasil, juntamente com outros 40 países faz parte desse grupo que defende uma reformulação do CSNU, apesar de pertencer ao G-4. O grupo L.69 defende a ampliação do Conselho e a adoção de medidas que facilitem maior integração dos países pequenos e em desenvolvimento nas decisões da ONU.

#### 4.7 Grupo Small Five (Costa Rica, Cingapura, Lichtenstein, Jordânia e Suíça) e Grupo Act.

Esse grupo não sugeriu uma reforma do Conselho de Segurança, como a ampliação de membros e sim reformas no método de trabalho. Segundo Azevedo (2017), os temas da expansão e da forma de trabalho não eram excludentes, mas deveriam correr de forma paralela. No ano de 2013 o *SMALL FIVE* foi substituído pelo Grupo ACT (Responsabilidade, Coerência e Transparência) que se propôs a dar continuidade aos trabalhos dos proponentes anteriores. Liderado pela Suíça o grupo possui mais de 20 (vinte) países que também pretendem reformar os métodos de trabalho do Conselho de Segurança.

O grupo propõe a não utilização do poder de veto em casos de genocídio, crimes de guerra ou crimes contra a humanidade.

Segundo A/60/L.49 (2005):

Enfatizando a necessidade de outras medidas para assegurar a responsabilidade, a transparência, a inclusão e a representatividade do trabalho do Conselho de Segurança, com vistas a aumentar ainda mais sua legitimidade e eficácia. Reafirmando seu apoio à reforma antecipada do Conselho de Segurança como um elemento essencial do esforço geral para reformar as Nações Unidas, conforme declarado no Documento Final da

Cúpula Mundial de 2005.

## 5. AS POSIÇÕES REALISTAS NA APLICAÇÃO DOS PARADIGMAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS PELOS PAÍSES DO CONSELHO DE SEGURANÇA

Segundo Luck e Birnback (1994), apesar das controvérsias geradas, a ONU tem sido, em muitos aspectos, um sucesso extraordinário em seus primeiros cinquenta anos. Uma terceira guerra mundial foi evitada, enquanto a maioria dos estados-membros da ONU não viveu a guerra nas últimas cinco décadas, e quase todos experimentaram padrões crescentes de vida. Nas regiões mais distantes a ONU ajudou a dar voz às pessoas comuns em seus próprios assuntos - em alguns casos, pela primeira vez na história do país.

As posições dos P-5 (China, Estados Unidos, França, Inglaterra e Rússia) no Conselho de Segurança da ONU são guiadas por suas políticas nacionais, por seus interesses nos assuntos de relações internacionais. As relações internacionais, segundo Zanoni (2015), são um campo do conhecimento que trata de assuntos diversos e complexos que vão desde a paz e conflitos internacionais até a troca de correspondência através das fronteiras.

Segundo De Lima, Fraga e Da Silva (2015):

Os problemas relacionados à reestruturação das Organizações das Nações Unidas estão ligados à manutenção do status quo dos países permanentes, que têm como poder o veto nas ações do organismo. Krasner (apud Santos, 2011) aponta que o sistema internacional é anárquico e, ao mesmo tempo, é regulado por um conjunto de interesses egoísta dos Estados hegemônicos, portanto, não existindo interesse de mudar a ordem vigente do sistema mundial.

### 5.1 Estados Unidos da América

Para os EUA o pleito brasileiro de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU pode significar uma diminuição do poder de influência no subcontinente América do Sul. Cabe considerar também que pode ser considerada uma nova ordem mundial pela ascensão de países em desenvolvimento a posição de atores globais, comprometendo o status quo norte-americano.

Nos últimos cinquenta anos, os Estados Unidos tiveram uma relação incomum, e de certa forma, tumultuada com as Nações Unidas. O presidente Franklin Roosevelt acreditava que a recusa dos EUA em participar da Liga das Nações favoreceu a incapacidade de impedir a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Ele imaginou a ONU como a peça central de um sistema de segurança coletiva do pós-guerra apoiado pelo poder dos Estados Unidos e seus aliados vitoriosos. Segundo Luck e Birnback (1994),

os Estados Unidos inicialmente contribuíram com 40% do orçamento da ONU. A sede do órgão mundial foi estabelecida nos Estados Unidos para sinalizar o relacionamento mais aproximado e a mudança do poder mundial do "velho" mundo para a América. Os princípios e propósitos da ONU, como estabelecido em sua conferência de fundação em São Francisco há mais de cinquenta anos, refletem amplamente os valores e interesses dos EUA.

A Carta das Nações Unidas enfatiza as metas de prevenção de conflitos, respeito aos direitos humanos, autodeterminação nacional, cooperação internacional, tolerância e progresso econômico e social. Para encaminhar esses objetivos, foi elaborado um mecanismo de tomada de decisão interestatal que combina um órgão deliberativo universal de vários países, a Assembleia Geral, com um Conselho de Segurança muito menor e mais decisivo, encarregado da autoridade de aplicar as medidas necessárias a solução de confrontos e conflitos.

Enquanto muitas pessoas nos Estados Unidos saudaram a ONU com esperanças alimentadas pelo idealismo e uma grande campanha de relações públicas do governo Truman, a euforia dificilmente era universal. De 1948 até o final da Guerra Fria, a política externa dos EUA foi orientada em torno de um princípio abrangente: a contenção do comunismo soviético. O multilateralismo, baseado em interesses comuns e esforços cooperativos, não era uma opção para os políticos de Moscou e Washington, que acreditavam estar presos em uma competição de soma zero com seu adversário, onde suas perdas eram inevitavelmente o ganho do outro.

Com o colapso da União Soviética, o campo de atuação sobre o qual a ONU opera se alterou drasticamente. O Conselho de Segurança não está mais paralisado, e a política externa dos EUA não é mais orientada em torno de um único tema unificador. A ONU fornece um meio de conseguir que outros países compartilhem as despesas, com os Estados Unidos pagando 25% do orçamento ordinário e 30% dos custos de manutenção da paz.

Apesar dos críticos que afirmam que a ONU está tentando ditar a política externa dos EUA, atuar dentro do sistema da ONU é uma maneira econômica de promover os interesses dos EUA no exterior. Este país pode usar sua influência e veto no Conselho de Segurança para orientar a ONU na construção de coalizões internacionais e na escolha de como e quando intervir, sem ter que ser o único responsável pelo cumprimento dos mandatos do Conselho, favorecendo, assim, o multilateralismo. Atuar multilateralmente e agir unilateralmente, é claro, não é de

forma alguma mutuamente exclusivo. Os Estados Unidos podem escolher agir sozinhos quando essa é a única maneira de proteger seus interesses nacionais.

## 5.2 Rússia e China

Segundo Ferdinand (2013) em termos de política externa global, tanto Rússia quanto China veem a colaboração mútua como contrapeso à hegemonia dos Estados Unidos. Eles já não desejam revisão fundamental da ordem internacional, mas eles querem mudanças significativas. Eles acreditam no objetivo multipolar em vez do que um mundo unipolar e deseja promovê-lo. No ano de 1997, emitiram uma declaração conjunta sobre uma nova ordem mundial mais justa. Essa declaração afirmava: “Diversidade no desenvolvimento político, cultural em todos os países está se tornando a norma ... Um número crescente de países está começando a reconhecer a necessidade de respeito mútuo, igualdade e vantagem mútua - mas não por hegemonia e política de poder - e para o diálogo e a cooperação - mas não para o confronto e o conflito”. Eles também pediram a reforma das Nações Unidas de forma a torná-la em um elemento importante de governança internacional. Eles renovaram este apelo em 2005 e enfatizaram a necessidade de os países em desenvolvimento terem maior participação. Assim, para a Rússia e a China, a ONU é importante não apenas em si mesma e como veículo para promover os seus próprios interesses, é também inseparável do objetivo mais vasto promovendo um mundo multipolar. Esse objetivo fundamental compartilhado sustenta suas políticas externas e os mantém apontando na mesma direção (FERDINAND, 2013).

Segundo apesar de ambos terem sido membros do Conselho de Segurança (CS) há mais de 40 anos, o registro de seus o envolvimento tem divergido um pouco. As explicações para isso se relacionam parcialmente com questões específicas que vêm antes do CS e em parte a variações mais amplas no foco analítico sobre as principais tendências e motivações das políticas externas globais dos dois estados.

Alguns analistas, por exemplo, se concentraram em interpretações realistas tanto para a China como para a Rússia onde os objetivos da defesa nacional e, em última instância, a sobrevivência nacional são primordiais para suas políticas externas. Outros destacaram questões construtivistas que colocam uma ênfase muito maior na construção da identidade nacional como objetivo primordial da política externa tanto para russos como para chineses. Mesmo que o colapso da URSS tenha suscitado debates generalizados sobre a natureza do lugar natural da Rússia no mundo, e

embora nos últimos anos o governo russo tenha tentado melhorar o "soft power" da Rússia, por meio de iniciativas como a *Ruskiy Mir Foundation*, em geral, parece justo dizer que as questões e preocupações realistas foram mais saliente na política externa russa subsequente - de fato, um comentarista russo sugeriu que a atual política externa russa reflete mais de perto os interesses do país. Em contraste preocupações construtivistas têm sido mais salientes na política externa da China, pelo menos desde reformas começaram no final de 1978 com Deng Xiaoping.

A China aplica o princípio do pragmatismo em suas relações internacionais, principalmente as relações econômicas. Essa postura inseriu política e economicamente a China no continente africano, no subcontinente sul americano, na Ásia Central e outras regiões do planeta. Contudo, a experiência da 2ª Guerra Mundial provocou ressentimentos com o Japão que ainda não estão maduros para uma maior integração. Dessa forma, a China como ator global é pragmática e atenta na defesa de suas pretensões geopolíticas. A diplomacia chinesa procurou integrar o país gradualmente organizações internacionais. Os representantes chineses observaram cautelosamente as formas em que essas organizações operavam para que pudessem se encaixar melhor. Em vez de desafiar ordem internacional existente, eles procuraram aprender a trabalhar nela e como fazê-la funcionar, têm estado mais preocupados em assegurar aos governos de todo o mundo que a "ascensão" da China é pacífica, e não uma ameaça para ninguém. Mais recentemente, Yang analisou a diplomacia chinesa no CSNU sobre questões sobre o Iraque entre 1991 e 2003. Enquanto a RPC era tão oposta quanto a Rússia à invasão de Iraque em 2003, ela mostrou que ao longo da década anterior a RPC praticou cada vez mais multilateralismo e equilíbrio de poder, acomodação e cobertura. Como ela disse, "na balança China não tendiam a optar por comportamento obstrutivo no Conselho de Segurança. As autoridades chinesas delegaram aos russos a tarefa de antagonizar com os EUA.

Quais são as principais prioridades da diplomacia chinesa na ONU? Segundo Yang, a China tem quatro principais objetivos lá: 1) proteger a soberania, a autonomia e a independência da tomada de decisão; 2) manutenção do equilíbrio geoestratégico e segurança nacional; 3) cultivar um ambiente internacional favorável imagem e status como um membro responsável da comunidade internacional e um grande poder; 4) promover os interesses econômicos e políticos da China. Segundo Ferdinand (2013), essa lista seria igualmente válida para a Rússia e para a maioria dos Estados

participantes da ONU.

### 5.3 Reino Unido

O Reino Unido é um dos membros fundadores da ONU. Planos para as Nações Unidas foram elaborados durante a Segunda Guerra Mundial. Em 14 de agosto de 1941, o Presidente dos EUA Franklin D. Roosevelt e o Primeiro Ministro do Reino Unido, Winston Churchill, propuseram um conjunto de princípios para a colaboração internacional sobre paz e segurança em um documento conhecido como Carta do Atlântico. O Reino Unido possui assento permanente no Conselho das Nações Unidas. Sua política externa aproxima muito o país de seu maior aliado, os Estados Unidos da América. Esse entendimento é importante para compreender as posições inglesas perante o Conselho de Segurança da ONU. Entretanto, a saída da Grã-Bretanha da União Europeia, que se consolidará ainda em 2018, resultado de referendo de 2017 mostrou certa independência dos ingleses perante o bloco europeu.

Segundo Foreign and Commonwealth Office e Grant (2014), o Reino Unido é o quinto maior contribuinte para o orçamento ordinário da ONU e, ainda, ocupa a mesma colocação para o orçamento de defesa do órgão. Os países membros do P-5 pagam uma sobretaxa sobre as contribuições ordinárias e de defesa, o que lhes garante papel de destaque na autorização das missões de paz.

Como membro permanente do Conselho de Segurança, o Reino Unido tem responsabilidade adicional pela manutenção da paz e segurança no âmbito internacional. Desempenha um papel fundamental na adoção de resoluções sobre situações de conflito, incluindo aquelas que determinam o uso da força, e - como os outros membros permanentes - tem o direito de veto sobre decisões substantivas.

Participa ativamente na seleção do Secretário-Geral da ONU. O processo de nomeação envolve o Conselho de Segurança, apresentando um único candidato a ser aprovado pela Assembleia Geral da ONU. Além disso, o Reino Unido também pode moldar a agenda do Conselho com prioridades atuais para políticas para mulheres, paz e segurança.

O Reino Unido apoia a reforma do Conselho de Segurança com a criação de novos assentos permanentes. Segundo Foreign and Commonwealth Office e Grant (2014):



Todos vocês estão familiarizados com a posição do Reino Unido sobre a reforma do Conselho de Segurança. Não mudou. O Reino Unido apoia novos assentos permanentes para o Brasil, Alemanha, Índia e Japão, juntamente com a representação permanente africana. Também apoiamos uma modesta expansão em assentos não permanentes. No próximo ano, celebraremos o 70º aniversário da ONU e o 10º aniversário da Declaração da Cúpula. Vamos marcar essas ocasiões com uma ação genuína sobre a reforma.

#### 5.4 França

A França é outro país europeu que possui assento permanente no Conselho de Segurança. O ingresso da França ocorreu por ser considerada um dos países que combateram diretamente o nazismo de 1939-1945. Diferentemente dos países acima relacionados, a França apoia as pretensões do G-4, como forma de democratizar essa instância de decisões. Esse paradigma idealista das relações exteriores francesas até o presente momento é único nos P-5.

A França também está representada em outros órgãos principais da ONU, como o Conselho Econômico e Social, no Conselho de Tutela, onde tem assento permanente, bem como nos órgãos subsidiários, como Conselho de Direitos Humanos e Conferência sobre Desarmamento, por exemplo. Nas Nações Unidas, a França desempenha um papel ativo em todas as áreas.

A manutenção da paz e a segurança internacional é uma das preocupações da França. Segundo o Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros (2017), a França apoia plenamente as operações de manutenção da paz da ONU. Informa, ainda, que é o segundo país contribuinte de tropas entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, com 940 capacetes azuis desdobrados no terreno em 8 operações de manutenção da paz. A França está presente, principalmente, dentro da UNIFIL (Líbano), MINUSCA (República Centro Africana) e MINUSMA (Mali).

A França contribui diretamente para a formação anual de mais de vinte e cinco mil soldados africanos, em onze países do continente (MINISTÉRIO DA EUROPA E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 2017). Além desta contribuição, também está presente nos locais de emprego com forças autorizadas pela ONU e que não são capacetes azuis. A França é o único Estado-Membro da ONU a mobilizar uma força nacional em apoio às operações de manutenção da paz. No Mali, a operação francesa apoia as forças africanas e a MINUSMA para combater o terrorismo jihadista na região. Até o ano de 2016, a operação francesa Sangaris apoiava a MINUSCA na República Centro-Africana. A França também contribui financeiramente para as

operações africanas, como a Força-Tarefa Conjunta Multinacional que luta contra o Boko Haram ou a Força Conjunta G5 Sahel.

O desarmamento também faz parte dos papéis desempenhados pela França. O país trabalhou para a elaboração de numerosos tratados e está muito envolvido em ações para fazer cumprir o regime de não proliferação. É por isso que a França apoiou a adoção do CTBT (Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares) e convoca todos os Estados a ratificá-lo. A França, juntamente com os parceiros do Conselho de Segurança, votou a favor das últimas sanções adotadas contra a Coreia do Norte. O objetivo final é a desnuclearização completa da península coreana (MINISTÉRIO DA EUROPA E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 2017).

A França está muito envolvida na reforma das Nações Unidas. As recentes crises confirmaram o papel central que a ONU desempenha, mas também enfatizaram a necessidade de tornar a organização mais eficiente e mais representativa. Assim, a França se esforça tanto por uma reforma global do Conselho de Segurança quanto pelo enquadramento do uso do veto. A república francesa promove o enquadramento do uso do veto pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança em caso de atrocidades em massa. O objetivo é evitar a paralisia do Conselho de Segurança. Esta iniciativa liderada pela França e pelo México é agora apoiada por mais de 100 países membros da ONU. Segundo Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros (2017), a França também apoia a expansão do Conselho de Segurança, no âmbito das negociações relativas a esta questão que foram iniciadas na Assembleia Geral em 19 de fevereiro de 2009. Assim, apoia o G-4, de adesão da Alemanha, Brasil, Índia e Japão com um assento permanente, bem como a crescente presença de países africanos no Conselho de Segurança, particularmente entre os membros permanentes. Há também a questão da presença de um Estado árabe como parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança.

## 6. GASTOS MILITARES DOS OCUPANTES DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (P-5) E DO BRASIL

Um dos principais pontos da agenda internacional do Brasil é a Reforma do Conselho de Segurança da ONU. Essa busca da reforma se distende no tempo há mais de 20 anos. O principal argumento apresentado é o de que o fim da Guerra Fria e da bipolaridade que a sustentava teria ocasionado uma dispersão do poder mundial (MENDES, 2015). Entretanto, uma interpretação mais realista dos fatos argumenta que a composição do Conselho de Segurança apenas reflete o equilíbrio de poder no sistema internacional (KUZIAMKO e WERKER, 2006).

A definição de gastos militares visa incluir todos os gastos com as forças e atividades militares atuais (SIPRI - STOCKHOLME INTERNACIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2017). As despesas militares mundiais aumentaram pelo segundo ano consecutivo para um total de 1,686 trilhão de dólares em 2016 (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2017). As tendências de gastos variam de acordo com a região com Ásia, Oceania, Europa Central e Oriental e norte da África em tendência de alta. Nas demais regiões, como Oriente Médio, África Subsaariana, América do Sul, América Central e Caribe apresentaram tendências de queda.

**Figura 1 – Os Quinze Maiores Orçamentos de Defesa no Ano de 2017**



Fonte: Stockholme International Peace Research Institute (SIPRI)

A China, integrante do P-5, lidera os gastos militares da Ásia e Oceania. Suas despesas foram o segundo maior gasto com defesa no mundo, com US\$ 215 bilhões com uma taxa de crescimento de 5,4 por cento (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2017). O crescente aumento de gastos chineses se deve ao interesse pelo Mar da China Meridional. Os interesses nessa região adjacente ao seu mar territorial estão relacionados ao livre tráfego comercial.

Os investimentos em defesa são motivados pela disputa territorial no Mar da China Oriental pelas ilhas Diaoyu/Senkaku e a delimitação marítima do Mar da China Oriental. As Ilhas são administradas pelo Japão e reivindicadas pela China. Quanto a delimitação marítima China reivindica a extensão da sua ZEE ao longo da sua plataforma continental até à costa do Japão.

O principal segmento das Forças Armadas chinesas é o Exército de Libertação Popular (ELP). Essa força é composta pelas Forças Terrestres, Força Naval, Força Aérea e pelo Segundo Corpo de Artilharia, responsável pelos mísseis balísticos e de cruzeiro chineses. A principal instância decisória para o emprego do ELP é o Comitê Permanente do Birô Político do Partido Comunista da China (PCC) (JUNIOR, 2014).

O processo de modernização abrangente do ELP começou na primeira metade da década de 1990. Os três componentes desse processo – renovação, reformas institucionais e adaptação da doutrina militar - refletiu-se num crescimento médio do orçamento militar de aproximadamente doze por cento de 1995 a 2008.

No ano de 2014, o governo chinês apresentou seu orçamento de 2014 ao Congresso Nacional Popular (CNP). O orçamento não representa com precisão o montante total gasto pela China em suas forças armadas, mas a inclusão de um aumento na defesa repercute aumentos similares nos últimos anos. Tanto o aumento quanto a modernização relacionada das capacidades militares da China refletem uma série complexa de fatores externos e internos (FREEMAN, 2014). O orçamento de 2014 apresentado ao Partido Comunista Chinês totalizou 15,3 trilhões de yuans (US \$ 2,5 trilhões), incluindo 808 bilhões de yuans (US \$ 132 bilhões) para defesa, sendo um aumento de 12,2% sobre os 720 bilhões de yuans gastos em defesa no ano de 2013 (FREEMAN, 2014).

Esses aumentos expressivos em gastos de defesa por parte dos chineses os distanciam da Inglaterra, França e Rússia e reduz a lacuna, ainda muito grande, com os Estados Unidos da América. Apesar de sua tecnologia ainda defasada, sua pesquisa e desenvolvimento está proporcionando a modernização de seus sistemas

de defesa o que surpreende os analistas internacionais.

Os Estados Unidos da América são a maior potência econômica e militar do mundo e utilizam o potencial bélico para defender seus interesses ao redor do planeta. O segundo maior arsenal nuclear do mundo é norte americano. De acordo com a Figura 1 da página 41 os EUA possuem o maior orçamento de assuntos de defesa em todo o mundo. Em 2016, as despesas militares totais dos Estado Unidos da América totalizaram US \$ 611 bilhões, representando pouco mais de um terço das despesas militares mundiais ou 36 por cento. A China, segundo maior orçamento da atualidade, gasta três vezes menos que os norte-americanos. Os gastos militares dos EUA cresceram 1,7 por cento entre 2015 e 2016, o primeiro aumento após cinco anos consecutivos de declínio (SIPRI - STOCKHOLME INTERNANCIONAL PEACE RESEARCHE INSTITUTE, 2017).

O crescimento do gasto militar dos EUA em 2016 pode sinalizar o fim de uma tendência de queda nos gastos como resultado da crise econômica e da retirada das tropas norte-americanas do Afeganistão e do Iraque (SIPRI - STOCKHOLME INTERNANCIONAL PEACE RESEARCHE INSTITUTE, 2017). Os gastos militares dos norte-americanos devem aumentar para fazer frente ao aumento de pessoal e constante modernização dos arsenais convencionais e nucleares.

A Rússia está atualmente buscando um confronto estratégico com a OTAN e a União Europeia. O Ocidente, acima de tudo os EUA e a OTAN, controlados pelos norte-americanos, são em princípio hostis à Rússia. O objetivo do Ocidente é enfraquecer a Rússia ao máximo a fim de preservar a União Europeia e diminuir sua influência sobre a Ásia Central.

No intervalo de quase 10 anos, de 2007 a 2016 a Rússia aumentou seus gastos em defesa em 87%, ficando em segundo lugar no mundo desse tipo de recursos (NAN, FLEURANT, *et al.*, 2017). Entretanto, os gastos militares da Rússia, de US \$ 66,3 bilhões em 2017, foram 20% menores do que em 2016, a primeira queda anual desde 1998. A diminuição de investimentos em 2016 está ligada a problemas econômicos que a Rússia experimentou a partir de 2014 (SIPRI - STOCKHOLME INTERNANCIONAL PEACE RESEARCHE INSTITUTE, 2017).

Os gastos militares na Europa Central e Ocidental aumentaram em 2017, em 12 e 1,7 %, respectivamente. Muitos países europeus são membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e, concordaram em aumentar seus gastos militares. O total de gastos militares de todos os 29 membros da OTAN foi de US \$ 900

bilhões em 2017, representando cinquenta e dois por cento dos gastos mundiais (SIPRI - STOCKHOLME INTERNACIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2017).

O Reino Unido, outro membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, é responsável por 3,4 % dos gastos militares do mundo, totalizando US\$ 48,3 bilhões. Os gastos ingleses caíram levando o país de 6º para 7º lugar, principalmente em função da desvalorização da libra esterlina após o resultado do plebiscito que aprovou a saída do país da União Europeia. O Reino Unido é o principal aliado dos Estados Unidos, possui armas nucleares e juntamente com a França, Alemanha e Itália figura entre os 15 maiores investidores em defesa.

A França foi o último membro dos P-5 a ser admitido no Conselho de Segurança. Além de potência nuclear o país possui 3,4 % dos gastos militares do mundo. No biênio 2015-2016 os gastos franceses com defesa não sofreram mudanças. As forças de defesa francesas têm projeção mundial com bases em todos os continentes. No ano de 2017 os franceses perderam a posição de 5º maior orçamento de defesa para a Índia, que no mesmo período ganhou duas posições, da sétima para a quinta posição. Atualmente cabe aos franceses o sexto lugar em gastos militares no mundo (SIPRI - STOCKHOLME INTERNACIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2017).

**Tabela 1 - Os gastos militares no ano de 2016 dos países do P-5 e Brasil:**

Posição		País	Gastos/2016 Bilhões/US\$	Porcentagem Mundial
2016	2015			
1	1	EUA	611	36
2	2	CHINA	215	13
3	4	RUSSIA	69.2	4.1
6	5	FRANÇA	55.7	3.3
7	6	REINO UNIDO	48.3	2.9
13	12	BRASIL	23.7	1.4

Fonte: Stockholme International Peace Research Institute (SIPRI)

Os gastos militares na América do Sul 4,1% em 2017, principalmente como resultado de aumentos notáveis dos dois maiores gastadores na sub-região: Argentina (alta de quinze por cento) e Brasil (alta de seis virgula tres por cento) (SIPRI - STOCKHOLME INTERNANCIONAL PEACE RESEARCHE INSTITUTE, 2017).

No Brasil cabe ao Ministério da Defesa coordenar e consolidar o processo de alocação de recursos públicos para as Forças Armadas e demais órgãos subordinados à pasta, a partir das prioridades estabelecidas na Estratégia Nacional de Defesa (END).

Figura 2: Orçamento de Defesa do Brasil



Fonte: Ministério da Defesa do Brasil

Figura 3: Panorama atualizado dos recursos, despesas e investimentos do Ministério



Fonte: Ministério da Defesa do Brasil

O orçamento militar brasileiro decresceu de 2015 para 2016 ocasionando a

perda de uma posição no ranking dos maiores orçamentos de defesa. Na atualidade o Brasil ocupa a 13ª posição nesse grupo (SIPRI - STOCKHOLME INTERNACIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2017). O Brasil é responsável por 1,4% dos gastos militares mundiais. No ano de 2005 foram destinados R\$ 33 bilhões ao setor de Defesa. Já em 2017 esse valor saltou para 92,5 bilhões de reais, mas em relação ao PIB as despesas em defesa representam, em média, um virgula quatro por cento do total no período de 2005 a 2017. A parcela destinada aos investimentos somou R\$ 8,3 bilhões, as despesas de custeio R\$ 5,1 bilhões, encargos com pagamento de pessoal R\$ 77,5 bilhões e a dívida em R\$ 1,6 bilhão. O pagamento de pessoal consome a maior parcela do orçamento com oitenta e três por cento de todo o recurso (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017).



## 7. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como principal objetivo verificar as possibilidades do Brasil ser admitido como membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, em razão de suas pretensões de participar das decisões internacionais na condição de protagonista.

Para atingir o objetivo acima referenciado o trabalho foi dividido em capítulos que tiveram a finalidade de fornecer dados gerais referentes as Nações Unidas e aos países que integram seu Conselho de Segurança bem como apresentar seus posicionamentos realistas no campo das relações internacionais. Teve por finalidade, ainda, apresentar os gastos militares do Brasil e dos integrantes do Conselho Permanente de Segurança das Nações Unidas.

Desta análise resultou um conjunto de dados que fornecem embasamento para a construção de conclusões acerca das pretensões brasileiras junto aos organismos internacionais, com destaque para a Organização das Nações Unidas.

A motivação que concebeu a pergunta chave desse estudo teve seu cerne na observação anterior do autor com relação aos posicionamentos brasileiros nas questões internacionais e como isso poderia favorecer ou prejudicar as legítimas aspirações nacionais a maior participação nos fóruns internacionais na condição de um protagonista de fato e não somente de direito.

Este estudo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e documental. Procurou-se a bibliografia e os documentos relacionados ao tema, selecionou-se os que mais se adequavam à pesquisa para dar mais clareza ao assunto e dentro desse universo foram meticulosamente analisados, de forma a amparar o conhecimento exposto. Salienta-se que esta fase foi de intensa pesquisa às diversas fontes, várias delas em artigos científicos nacionais e internacionais, que nos permitem compreender melhor os aspectos favoráveis e desfavoráveis aos objetivos brasileiros em torno da conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em síntese, conclui-se que as mudanças defendidas pelo Brasil e por outros grupos dentro da ONU não acontecerão sem acontecimentos abruptos que caracterizem quebras de paradigmas. No século XIX, após as Guerras Napoleônicas, a Inglaterra liderou a “Pax Inglesa” organizada no Congresso de Viena em 1815, com cinco países poderosos, sendo eles Inglaterra, Rússia, Prússia, Áustria e França. O

término da 2ª Guerra Mundial marcará o fim da “*Pax Inglesa*” e o início da “*Pax Americana*”. A mudança na liderança e na composição do grupo de países mais poderosos, ou seja, uma mudança no sistema acontece por meio de conflitos.

A projeção brasileira é insuficiente pois o Brasil ainda não possui determinados requisitos como indústria de defesa estabelecida e Academia com poucas instituições de destaque no âmbito internacional. Além disso, o Brasil não possui uma Política de Estado voltada a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O que há no país são políticas de governos que eventualmente procuram dar ao país projeção internacional e um dos meios para isso é a Questão do Conselho de Segurança da ONU. O país precisa ainda sanar pendências nas áreas educacionais, econômicas e militares para assim possuir bases fortes e sustentáveis para seus pleitos junto à ONU.

Na atualidade o Brasil é percebido como um país de projeção regional. O país possui o quinto maior território do mundo, a quinta maior população, mas não projeta poder além da América Latina. Os baixos investimentos no setor de defesa e a opção pelo relacionamento Sul-Sul nas relações internacionais não favorecem as pretensões do Brasil de maior destaque junto as maiores potências do globo. Esse posicionamento constitui mais um exemplo de opções políticas de governo que não contribuem com as pretensões brasileiras junto à órgãos internacionais, como a ONU.

O capítulo 6 que trata dos gastos militares dos países do P-5 evidencia que os valores despendidos pelo Brasil não são suficientes para dar credibilidade e possibilidade de emprego em missões regionais ou de exposições ao redor do mundo ou mesmo regionais. A comparação dos valores de países como França, Rússia ou Inglaterra deixa evidente que não empenhamos valores suficientes para assegurar ao Brasil capacidades necessárias a um membro permanente do CS da ONU. Todos os países desse conselho possuem gastos suficientes para sustentar suas posições e seus votos perante esse colegiado da ONU. O Brasil não emprega, nos dias atuais, recursos suficientes para respaldar militarmente seus eventuais posicionamentos nesse conselho.

A ausência de poder militar, de *hardpower*, impele o Brasil a buscar o multilateralismo nas relações internacionais. Esse posicionamento brasileiro, frequentemente, entra em rota de colisão com os interesses de superpotências, em especial os Estados Unidos da América. Dessa forma, nos últimos anos, com destaque para o período dos governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma

Roussef, nosso país foi opositor de países do P-5, como os EUA, e tentou, ainda, se apresentar como uma terceira via na solução de conflitos no Oriente Médio. Isso contribui para a percepção de que a participação do Brasil ou de países com esse tipo de posicionamento pode contribuir para a maior inação do Conselho de Segurança e ser mais um opositor das ações norte-americanas na ONU, sendo contraproducente ao justo pleito do país perante a ONU.

A condição de emergente, ao contrário da percepção dos meios acadêmicos, não é benéfica aos pleitos do Brasil. Os países do Conselho de Segurança têm percepções realistas nas questões internacionais e o pleito brasileiro é idealizado com base no discurso do multilateralismo e de maior distribuição do poder de decisão. Isso não acontecerá sem uma ameaça ou fato que comprometa esse equilíbrio de poder. A reforma do Conselho de Segurança dependerá do consenso dos seus atuais membros e, nas condições atuais, não é provável que os cinco países cedam parcela de seu poder.

Por fim, a incerteza do ambiente mundial não indica uma mudança significativa nas relações de poder. A atual composição da ONU, praticamente inalterada desde sua criação a despeito das diversas crises internacionais, não indica qualquer possibilidade de mudança nos dias atuais. O realismo pragmático das relações internacionais pavimenta a manutenção da atual distribuição do poder entre os cinco membros permanentes. Além disso, os gastos militares do Brasil inviabilizam qualquer pleito brasileiro confirmando que não haverá mudanças no Conselho de Segurança que incluam o país de forma permanente no colegiado mais importante do mundo.

A necessidade de estudar esse tema deve ser constante para evidenciar as necessidades de mudanças no que concerne ao Brasil. Independente da disposição dos P-5 em distribuir seu poder atual o Brasil tem de construir as condições de viabilidade para as alterações que um dia ocorrerão.

## REFERÊNCIAS

AGNU a. A/59/L.64: Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council and related matters.

AGNU a. A/59/L.67: Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council and related matters.

AGNU a. A/59/L.68: Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council and related matters.

AGNU a. A/60/L.49: Follow-up to the outcome of the Millennium Summit

AZEVEDO, J. L. **Estudo sobre a Composição contemporânea do Conselho de Segurança Permanente da Organização das Nações Unidas frente as atuais demandas da sociedade internacional.** Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, p. 52. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Presidência da República.**, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 4 Fevereiro 2018.

BRASIL. **O Brasil e a ONU.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.  
BRASIL. Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. **Ministério das Relações Exteriores. Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.**, 2017. Disponível em: <<http://csnu.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 5 Janeiro 2018.

CORRÊA, L. F. D. S. **O Brasil nas Nações Unidas 1946 - 2011.** 3ª revista e ampliada. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

DE LIMA, W. T.; FRAGA, N. C.; DA SILVA, R. D. A Importância Geopolítica do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o Brasil. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. VI, p. 136-149, Junho 2015.

DIAS, R. **Relações Internacionais - Introdução ao Estudo da Sociedade Internacional Global.** 1ª. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2010.

FERDINAND, P. **The Positions of Russia and China at the UN Security Council in the light of recent crises.** Bruxelas. 2013.

FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE; GRANT, S. M. L. Reforma do Conselho de Segurança: O Reino Unido apoia novos assentos permanentes para o Brasil, a Alemanha, a Índia e o Japão, juntamente com a representação africana permanente. **GOV.UK**, 12 Novembro 2014. Disponível em: <[https://www.gov.uk/government/speeches/security-council-reform-the-uk-supports-new-permanent-seats-for-brazil-germany-india-and-japan-alongside-permanent-](https://www.gov.uk/government/speeches/security-council-reform-the-uk-supports-new-permanent-seats-for-brazil-germany-india-and-japan-alongside-permanent)

african-representation>.

GARCIA, E. V.; TUSCO, M. C. D. P.; LIMA, S. E. M. **A Security Council for the 21 St Century**. Brasília: FUNAG, 2017.

LIMA, L. D. S.; PEREIRA, D. C. **A Reforma no Conselho de Segurança da ONU: Os Desafios Regionais Enfrentados pelo G4**. Escola Superior de Propaganda e Marketing. São Paulo, p. 18. 2014.

LUCK, E. C.; BIRNBACK, N. Para o bem comum: o papel dos EUA nas Nações Unidas. **Social Education 58 - Conselho Nacional de Estudos Sociais**, Nova York, p. 407-409, 1994.

MANDUCA, P. C. **Panorama dos Direitos Humanos nas Relações Internacionais**. CONPEDI. Manaus, p. 19. 2011.

MENDES, F. P. O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança: Uma Análise Realista. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, 37, Janeiro/Abril 2015. 113-142. Acesso em: 27 Agosto 2018.

ONUBR. A Carta/ONU Brasil. **Nações Unidas no Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em: 18 Março 2018.

ONUBR. ONU Brasil. **Nações Unidas no Brasil. Conselho de Segurança.**, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/conselho-de-seguranca>>. Acesso em: 4 Fevereiro 2018.

ONUBR. ONU Brasil. **Nações Unidas no Brasil. Conheça a ONU**, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso em: 4 Fevereiro 2018.

MINISTÉRIO DA EUROPA E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. O Papel da França nas Nações Unidas. **Missão Permanente da França para as Nações Unidas em Nova York**, 2017. Disponível em: <<https://onu.delegfrance.org/France-s-role-at-the-United-Nations-10352#UN-Reform>>. Acesso em: 3 Junho 2018.

NAÇÕES UNIDAS. Sobre a UNODA: United Nations Office for Disarmament Affairs. **Site da United Nations Office for Disarmament Affairs**, 2015. Disponível em: <<https://www.un.org/disarmament/convarms/milex/>>. Acesso em: 26 Agosto 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Reforma da ONU. **ONUBR Nações Unidas no Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/reforma-da-onu/>>. Acesso em: 26 Maio 2018.

ROYDE-SMITH, J. G.; HUGHES, T. Segunda Guerra Mundial 1939-1945. **Enciclopédia Britânica**, 2018. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/World-War-II>>. Acesso em: 25 Maio 2018.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Gastos Militares no Mundo - 2016**. Stockholm International Peace Research Institute. Estocolmo, p. 8.

2017.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em Administração**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ZAIAD, C. A Pretensão Brasileira a um Assento Permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, Brasília, p. 30, 2013.

ZANONI, V. M. **Onde se Realizam as Relações Internacionais**. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 10. 2015.